

Ideias

EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores das
Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO VI – nº 41 – junho e julho de 2013

Foto: Valter Campanato/ABr

Manifestações de um Brasil rebelde



SISEJUFE

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
Filial à FENAJUFE e à CUT

+ NOVIDADE PARA VOCÊ!

Pensando no seu bem-estar e com objetivo de melhorar a qualidade dos seus momentos de lazer, firmamos parceria com a Bilheteria.com.

Uma empresa que oferece entretenimento diversificado para você aproveitar com sua família e amigos.

**Usfrua ao máximo
do seu benefício!**

Acesse:

www.bilheteria.com/sisejufe

Usuário: **sisejufe** Senha: **4452**



Bilheteria.com

Acessibilidade

Pessoas com deficiências não são incapazes
 Páginas 4 a 6

Aposentados

Relatório de ações judiciais para aposentados e pensionistas.
 Página 7

Jurídico

Seminário defende valorização da carreira e lança campanha contra o desvio de Função no Judiciário Federal.
 Páginas 8 a 11

Saúde

Campanha leva Oficina de Saúde para o interior.
 Páginas 12 a 17

Entrevista

Fenajufe lança campanha com pauta emergencial.
 Páginas 18 e 19

Previdência Social

Centrais sindicais pressionam governo para garantir direitos de aposentados do INSS.
 Páginas 20 a 22

Oficina Literária

Coité
 Página 23

Cultura

Sindicatos se unem ao Jongo da Serrinha na luta pela preservação do patrimônio cultural afro-carioca.
 Páginas 24 e 25



Brasil Rebelde

Manifestações incendiam o país
 Páginas 26 e 27

Brasil Rebelde

O gigante acordou. E agora?
 Páginas 28 a 33



Comportamento

Enfrentando o preconceito pela opção sexual
 Páginas 34 e 35

Nacional

Reforma política: contribuições da CUT
 Páginas 36 a 38

Humor

“A volta dos que não foram” ou o gigante dorminhoco. Por Fulgêncio Pedra Branca.
 Página 39

Internacional

Síria expõe a impotência política dos EUA.
 Páginas 40 e 41

Opinião

Lei e regulamento não limitam percentuais de portes de armas.
 Páginas 42 a 45

Latuff

Página 46



SISEJUFE
 Filiado à Fenajufe e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
 TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
 ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana O. de A. Góes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Maril Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Fortunato Mauro (MTb 20732) – Max Leone (MTb RJ 19002/Jp) – Raquel Carlucho (MTB 14.923)

EDIÇÃO: Fortunato Mauro – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff

CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, Fortunato Mauro, Max Leone, Raquel Carlucho, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda

IMPRESSÃO: [Logo] – Gráfica e Editora (7,5 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas à edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita à aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
 Papel Reciclado

Pessoas com deficiência

Os obstáculos impostos pela deficiência visual não são motivos para que eles deixem de exercer suas atividades profissionais com destaque, cuidem dos filhos e levem uma vida considerada normal. A determinação e o desejo de superação não permitem que o fato de não enxergar se torne um limitador como pensa muita

gente acerca da deficiência visual. Pelo contrário, ela os impulsiona cada vez mais a procurar seus espaços na sociedade, fazer valer seus direitos de cidadãos e a sentir pessoas comuns.

Ideias em Revista relata como Alessandro Câmara da Silva, 40 anos, mestre em Ciência Política e professor universitário, e Ricardo

de Azevedo Soares, servidor da Justiça Federal, diretor do Sisejufe e coordenador do Núcleo das Pessoas com Deficiência (NPCD) do sindicato, podem ser considerados referências para outros deficientes na luta pelo reconhecimento e tratamento sem distinção. “A principal barreira a ser vencida são as próprias pessoas que consi-

deram o deficiente um incapaz”, resume Alessandro Câmara, que participou como jurado em julgamentos da 3ª Vara Criminal de Niterói. Já Ricardo Soares conseguiu derrubar liminar da Justiça que o impedia de cuidar do filho menor de idade sem acompanhamento de terceiros e obteve sentença favorável no caso.

Justiça comprova que pai cego pode cuidar de filho

Foto: Pedro Leal

Uma questão que inicialmente parecia um desentendimento familiar, na verdade, resultou no reconhecimento por parte do Poder Judiciário de que um deficiente visual tem plenas condições de cuidar e de educar seu filho. Ricardo de Azevedo Soares, servidor do Judiciário Federal e diretor do Sisejufe, teve que contestar a alegação de sua ex-mulher de que ele não seria capaz de conviver sozinho de seu filho, de sete anos de idade. A vitória na Justiça, para Ricardo, “abre precedentes positivos com a decisão favorável” a outros deficientes visuais na comprovação de que têm capacidade de viver normalmente com seus filhos.

Segundo ele, logo após a separação, em julho de 2009, a mãe do menino, então com quatro anos, recorreu à Justiça com ação de regulamentação de visitas com pedido de antecipação de tutela, em setembro do mesmo ano. Ela, no entanto, pedia o monitoramento dos encontros de garoto com o pai. O argumento para pedir a visita vigiada seria pelo fato de Ricardo ser cego.

“Preconceitos e discriminações nós sofremos todos os dias e já é algo mais do que normal na vida de uma pessoa com deficiência. Todavia, quando esse tipo de atitude parte de alguém próximo a gente, aí a pancada dói mais profundamente. Ter minha capacidade contestada

na Justiça, e por alguém que conviveu comigo durante anos, e que obviamente sabia que quem mais cuidava de meu filho no dia a dia era eu mesmo, é dose pra mamute”, explica Ricardo, avaliando que “na verdade, contestar minha capacidade foi a maneira que minha ex-mulher encontrou para me infernizar”. “Ela tentava evitar que o menino ficasse comigo. Só queria deixar que eu fosse à casa deles com alguém para supervisionar. O que eu prontamente não aceitei”, informa Ricardo, indignado.

Na ação, a mãe do menor queria que o pai pegasse o menino a cada 15 dias, no sábado pela manhã, e o devolvesse no mesmo dia à noite. No domingo, a situação deveria se repetir. A criança sairia com Ricardo pela manhã e deveria voltar à noite. Sempre com acompanhamento de uma terceira pessoa. A liminar favorável à mãe foi concedida pela 3ª Vara de Família de São Gonçalo. “Nem sequer pernoitar com meu próprio filho eu poderia, segundo a visão tacanha da mãe”, aponta o pai, em tom de revolta.

“Mesmo com a decisão favorável à ela, a mãe de meu filho não me deixou ficar com ele por duas vezes, quando fui à casa dela buscá-lo e ela não permitiu que o meu filho me visse. Na primeira vez, ela saiu de casa, de propósito, levando-o. Já na segunda ocasião, a situação



“Necessidade de ter ou não alguém me auxiliando teria que ser uma decisão única e exclusivamente minha. De foro íntimo. E a juíza entendeu meus argumentos.”

...cias não são incapazes

foi bem pior. Ela ficou por trás do portão não me permitindo a entrada. Houve discussão entre nós dois e ela me xingava bastante. E o menino acabou assistindo a tudo, o que era o maior problema para mim. Eu tentava evitar aquela situação, mas, ela, de forma alguma fazia por menos”, lembra Ricardo, pesaroso, destacando que um dos momentos que mais o emocionaram, em meio àquela enorme confusão, foi quando o filho, chorando, disse, “em alto e bom som, que quem era aquilo tudo era ela mesma e não eu. Ele dizia que eu não era aquelas coisas e afirmou que eu era o pai dele. Nesse instante desabei em lágrimas e tive a certeza de que valia a pena lutar para estar com ele e sempre”.

O servidor, então, chegou a entrar com agravo para derrubar a decisão que favorecia a ex-mulher, mas que acabou não sendo julgado pelo Tribunal de Justiça do Rio em tempo. Finalmente, logo na primeira audiência a juíza, segundo Ricardo, constatou que ele possuía a capacidade plena de cuidar do garoto, mesmo sendo deficiente visual e que isso de nada o impediria. Ao tomar conhecimento que a mãe da criança não deixou o pai ver o filho por duas vezes, como determinava a liminar, a juíza estabeleceu que as visitas fossem cumpridas sem contestação.

“A magistrada chegou, inclusive, a ameaçar em reverter a guarda da criança, passando-a para mim, caso fosse descumprida a ordem judicial”, explica Ricardo, destacando que procurou deixar claro, perante o juízo, “que a necessidade de ter ou não alguém me auxiliando teria que ser uma decisão única e exclusivamente minha. De foro íntimo. E a juíza entendeu meus argumentos”. Ricardo ainda ressalta que o menino superou muito bem a situação: “A minha deficiência em nada atrapalha o desenvolvimento dele e o nosso relacionamento. Atualmente,

ele tem sete anos. Mas, desde cedo ele deu mostras de que conviveria numa boa comigo”.

O acórdão, proferido pelo Tribunal de Justiça fluminense em favor de Ricardo, transitou em julgado no ano passado, confirmando que ele poderá ficar com o menino de 15 em 15 dias, de sexta-feira até domingo, sem a necessidade de acompanhamento de terceiros. E ainda garantiu mais um dia durante a semana - de quarta para quinta-feira -, com Ricardo tendo que deixar o filho diretamente na escola, pela manhã.

“Nós pessoas com deficiência não podemos admitir que ninguém, nem mesmo o Poder Judiciário, nos diga o que temos de fazer ou deixar de fazer em função de nossa deficiência. Nós não devemos aceitar, em nenhuma hipótese, sermos tutelados. Nós somos senhores de nossas atitudes e, para tanto, temos hoje em dia, em nosso favor, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que no Brasil, tem valor constitucional”, afirma Ricardo que ainda rememora, em tom emocionado, um episódio ocorrido quando o menino tinha apenas oito meses de idade. Na ocasião, os dois brincavam na sala de casa. “Ele jogou a bola longe do meu alcance e, como ela havia perdido o barulho, eu não conseguia achá-la. Ele foi engatinhando, achou a bola e me deu. Isso demonstrou que já naquele instante ele entendia perfeitamente a minha condição de cego”.

A mãe, não conformada com a decisão de 1º Grau favorável a Ricardo, ainda apelou ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) para tentar reverter a situação, o que, efetivamente, não aconteceu. O TJ manteve a decisão de primeira instância e, dessa vez, não houve mais recurso por parte dela, uma vez que processualmente seria pra-



“Nós não devemos aceitar, em nenhuma hipótese, sermos tutelados. Nós somos senhores de nossas atitudes e, para tanto, temos hoje em dia, em nosso favor, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.”

ticamente impossível o cabimento de recurso.

“Os dias vividos entre 28 de setembro de 2009 até meados da tarde de 17 de novembro daquele mesmo ano, sem sombra de dúvidas foram os piores para mim”, exclama o diretor do Sisejufe, expondo que estava com a sua capacidade, por conseguinte, a sua dignidade sendo contestada em juízo “e o que era ainda pior, por conta disso, afastado do amor de minha vida que é meu filho”. Ricardo relata que a petição inicial do processo era “algo surreal”, na qual as “questões mais esdrúxulas” foram alegadas com o objetivo de incapacitá-lo. Inclusive com testemunhas arroladas, pela ex-esposa, no intuito de apontá-lo como incapaz.

Em oposição a todo esse dilema, os dias 17 de novembro de 2009 e 14 de outubro de 2012 foram os momentos - segundo Ricardo - mais felizes de toda a sua vida. Para ele, no dia 17 de novembro começava a cair por terra a possibilidade dele ser considerado um incapaz pelo Poder Judiciário. “Naquele dia eu tive a certeza de que a magistrada do processo, de fato, havia compreendido que um cego é plenamente capaz de viver a sua própria vida e de cuidar de seu filho sem quaisquer restrições”. Já o dia 14 de outubro “é o marco definitivo de minha plena capacidade. É a declaração, o reconhecimento da Justiça de que um cego é senhor de suas próprias ações, ou seja, em uma palavra: um cidadão em sua total plenitude”.

Participação no Tribunal do Júri

Foto: Max Leone

Não entendendo muito bem do que se tratava, Alessandro Câmara da Silva lembra que quando a convocação do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) chegou a sua casa, em Niterói, em dezembro de 2012, baseada no cadastro do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TER/RJ), de antemão sua reação foi de surpresa. A carta entregue por um oficial de Justiça pedia para que ele comparecesse ao tribunal. O objetivo era que o professor Alessandro Câmara da Silva participasse do corpo de jurados do 1º Tribunal do Júri de Niterói. Mas ninguém no Judiciário sabia que ele era deficiente visual. “Eu cheguei a achar que seria dispensado devido a minha condição. Mas o promotor Leandro Navega e o juiz da 3ª Vara Criminal de Niterói, Peterson Barroso Simão, mantiveram a minha participação. Foi um momento riquíssimo. Quebrei paradigmas. Mostrei que ser deficiente visual não me impediria de atuar no júri”, afirma o cientista político, que nasceu com 3% de visão devido a uma catarata congênita e aos 18 anos parou definitivamente de enxergar.

Alessandro Câmara foi relacionado entre 20 outros candidatos para o sorteio que escolheria os participantes. Ele ficou à disposição do tribunal até abril desse ano e chegou a participar de três júris durante esse período. Quando não era sorteado voltava para casa juntamente com os demais que não participariam. “Não houve resistência por parte de ninguém. Muito pelo contrário. Tanto o juiz quanto o promotor foram sempre favoráveis a minha participação”, ressalta o professor.

Após a definição de que ele faria parte do corpo de jurados, foram criados mecanismos para facilitar o seu trabalho durante os julgamentos. Quando houve exibição de vídeos ou de fotos, um oficial de Justiça ou o



“Todo mundo disse que fiquei muito bonito na foto com a toga de jurado. Mas o que importa foi a minha participação”, afirma o professor

promotor descreviam para ele o que era mostrado e relatavam a reação da plateia.

As cédulas de votação usadas pelos jurados na sala secreta para decidir se condenam ou não o réu, foram adaptadas. Na que tinha a palavra ‘Não’ foi colado uma fita adesiva para diferenciá-la. Na hora de votar se o acusado era culpado ou inocente, ele escolhia entre as duas opções e a colocava na urna. A sua participação no júri foi elogiada. As perguntas feitas foram pertinentes, mostrando ser capaz de entender e analisar os fatos mesmo sem ver as provas.

“Eu não me restringi a somente ouvir os relatos dos fatos. Tive participação ativa. Fiz perguntas e um oficial de Justiça me ajudava esclarecendo minhas dúvidas. Houve caso em que eu perguntava, por exemplo, onde a facada foi dada. O oficial de Justiça indicava no meu corpo. Mostrei que a deficiência visual não me impediria de atuar como jurado”, relata o professor, orgulhoso de estar contribuindo para a demonstração de que os deficientes

visuais são capazes de desenvolver funções que muita gente acha que eles não têm condições de exercer.

Para Alessandro Câmara, ter participado do júri só reforçou a tese de que o preconceito é o maior problema para as pessoas deficientes. “Se o juiz tivesse vetado meu nome por eu ser cego, não poderia concluir que minha participação seria normal. Barreiras físicas são contornáveis. Todo mundo disse que fiquei muito bonito na foto com a toga de jurado. Mas o que importa foi a minha participação”, afirma o professor.

Um dos casos que contou com a participação de Alessandro Câmara foi o que tratou de um homicídio de uma mulher. O réu acabou condenado a cinco anos de prisão em regime semiaberto. O professor também foi relacionado para o júri que participaria do julgamento dos policiais militares acusados do assassinato da juíza Patrícia Acioli.

A presidenta do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargadora Leila Mariano, aprovou a participação do professor e considerou

acertada a decisão do juiz Peterson Barroso Simão, da 3ª Vara Criminal de Niterói, em manter Alessandro entre os jurados e que a inclusão é uma necessidade real.

O professor faz questão de diferenciar o fato da inclusão do de integração. Segundo ele, a chamada Educação Inclusiva capacita a pessoa deficiente a enfrentar os obstáculos. E ressalta que ninguém é completamente independente. “Independência é um termo muito arrogante. Todo mundo depende do outro. Mas ser deficiente não é mesmo que ser incapaz. Você está tirando fotos. Não vou poder ver, é claro, mas sei do que ela vai tratar”, afirma Alessandro Câmara, durante a *Ideias*, entrevista em sua casa.

No entanto, Alessandro Câmara não poupa críticas à determinação do TJ-RJ que impede os deficientes visuais de abrirem firma em cartórios no estado. Segundo ele, é preciso apresentar duas testemunhas: “Aconteceu isso comigo em Volta Redonda. É incoerente”.

Relatório de ações judiciais para aposentados e pensionistas

Fotos: Raquel Carlucho

Na tarde do dia 25 de junho, servidores aposentados participaram, no auditório do sindicato, de reunião do mês de junho do Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP) do Sisejufe. Na oportunidade a coordenadora do departamento, Lucilene Lima, conduziu os trabalhos e os participantes fizeram as apresentações dos temas a serem abordados.

Silvana Amorim, responsável pelo convênio Sisejufe/Unimed, no encontro, explicou aos participantes sobre carência, valores e tabelas dos planos existentes no convênio.

A reunião, que ocorreu sob o clima de festa junina, teve também o objetivo de tirar dúvidas dos aposentados e discutir a assinatura do abaixo-assinado que está sendo encaminhado tanto pelo Sisejufe quanto pela Fenajufe, no sentido da possibilidade de anulação da Reforma da Previdência de 2003. Além de Lucilene Lima, estiveram



Em clima de festa junina, a reunião tratou de interesses dos aposentados

presentes os diretores Francisco Costa de Souza e Roberto Mota. Com eles, a assessora jurídica do Sisejufe, advogada Aracéli Rodrigues, que entregou aos servidores o relatório atualizado de ações coletivas de interesse dos aposentados

e pensionistas do Sisejufe, do escritório Cassel&Ruzzarin Advogados. Nesse encontro, o do mês de junho, o auditório do Sisejufe estava todo ornamentado para receber os aposentados e pensionistas, com bandeirinhas coloridas e fogueirinha

de São João. Sem falar nas comidas e nos quitutes típicos da época, como canjica, bolo de fubá, pé de moleque, entre outras guloseimas. As reuniões do DAP acontecem mensalmente sempre na última terça-feira de cada mês.

Reunião do Mosap discute a PEC 555

O Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap) promoveu em 9 de julho, em Brasília, sua última reunião do primeiro semestre para avaliação e organização da luta pela votação da PEC 555/2006. A proposta revoga o dispositivo da Emenda Constitucional que instituiu a Reforma da Previdência. O objetivo da PEC é acabar com a cobrança da contribuição previdenciária sobre os salários dos servidores públicos aposentados.

O assessor parlamentar da Fenajufe, Antônio Augusto Queiroz (Toninho do Diap) fez uma análise de conjuntura discorrendo sobre o atual cenário para aprovação da PEC 555/2006. O assessor explicou a decisão política do Supremo



Representação do Sisejufe se fez presente

Tribunal Federal (STF) ao julgar constitucional a contribuição dos aposentados. Relatou ainda que

PEC já tem 325 requerimentos de inclusão de pauta apresentados por deputados e que para o requeri-

mento de urgência, falta apenas a assinatura do líder do Partido dos Trabalhadores (PT), deputado José Guimarães (CE). Toninho sugeriu ainda que os aposentados participem das manifestações organizadas pelas centrais sindicais marcadas para 11 de julho em todo o país.

O presidente do Mosap, Edison Guilherme Haubert, apresentou as estratégias para pressionar o líder do PT na Câmara assine o requerimento tanto em Brasília como no Ceará, e também junto ao presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN) para que o mesmo pautasse a votação da PEC. Participaram da reunião representantes da Fenajufe, do Sitraemg e do Sisejufe (Lucilene Lima e Francisco Costa).

Seminário defende valorização contra desvio de função no Jud

Textos e fotos Max Leone e
Raquel Carlucho*

Os servidores do Judiciário Federal em todo o país terão pela frente novos desafios. Um deles será o encaminhamento da luta pela valorização da Carreira na Justiça Federal. Também vão precisar fazer o enfrentamento contra o desvio de função nos foros e repartições do Judiciário Federal e, para tanto, a direção do Sisejufe lançou a campanha de combate a esse problema que tanto afeta o funcionalismo do Poder Judiciário. Esses temas foram os principais assuntos nos debates do Seminário Jurídico do Sisejufe, realizado nos dias 14 e 15 de junho, promovido pela diretoria do sindicato.

Participantes do evento destacaram que o movimento para implantação dos planos de Cargos e Salários (PCS) do funcionalismo se esgotou, chegou a um limite. A saída, para eles, será intensificar as discussões e a mobilização para conquistar a valorização da carreira, não se limitando apenas à questão salarial. A meta a ser seguida é a de implantar um Plano de Carreira no Judiciário Federal.

“A questão do PCS está ultrapassada. Os setores de Recursos Humanos dos tribunais superiores perceberam isso nas negociações. Vemos os vários setores da categoria reivindicando gratificações específicas, cada um puxando para o seu lado. Se não tomarmos cuidado, corremos o risco de esfacelarmos a nossa categoria no Judiciário Federal”, avaliou o diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves,



Debate em evento promovido pelo Sisejufe aponta caminhos e desafios para a luta da categoria nos próximos anos

ao participar da mesa de debate “Aprovação do PCS4 e Política Salarial: históricos e perspectivas”, que ocorreu no dia 15 pela manhã, no segundo dia de seminário.

Após breve histórico acerca da implantação dos PCS desde 1995, Valter avaliou que as gratificações, em determinados momentos, foram necessárias, pois, do contrário, os salários estariam muito piores. Ele lembrou que a grande vitória da categoria foi garantir a isonomia com os inativos. “Os outros poderes não conseguiram isso”, afirmou, ressaltando que a divisão do movimento sindical no Judiciário prejudicou o encaminhamento de lutas: “O movimento pró-subsídio foi o grande

responsável por nossas derrotas”.

Para o diretor-presidente, o subsídio representa a elitização da Carreira. Segundo ele, é preciso haver uma discussão sobre as funções no Judiciário. “Nossas derrotas não foram maiores pelo fato de nossa categoria ter participado da greve nacional juntamente com os demais servidores de outros poderes. Temos, também, que jogar peso na criação da data-base para o funcionalismo público”, afirmou Valter.

Militante do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (Sintrajud-SP), Demérsion Dias destacou o perigo de haver uma grande desestruturação da Carreira, caso o movimento sindical

insista em manter a luta exclusivamente com uma ótica de correção salarial. Segundo ele, é preciso reconhecer o esgotamento desse caminho e fazer a categoria perceber esse limite. Do contrário, acredita Dias, a política de implantação de PCS resultará em perdas para o funcionalismo do Judiciário Federal. “Carreira não é mera tabela salarial e sim progressão permanente. Temos que desenvolver formação profissional e não somente dar caráter salarial para evoluir na carreira”, afirma o técnico judiciário do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo.

“Tivemos conquistas econômicas sim. Mas o aumento salarial resultante dessa pressão da categoria tem prazo de validade. O debate do PCS está esgotado. O fim dos auxiliares e desvinculo com os inativos são riscos que podemos enfrentar. A saída é discutir a carreira como um todo e fugir da armadilha de discutir PCS e reivindicação de aumento salarial sem considerar o contexto, deixando

da carreira e lança campanha Judiciário Federal



a sociedade de fora e dando munição para o governo alegar que o salário do Judiciário é alto”, defendeu Dias, ressaltando ainda a possibilidade de terceirização, perigo que ronda as repartições, além da implantação do processo eletrônico: “Basta lembrar o que aconteceu com os bancários. Eles são exemplos de categoria profissional que quase foi dizimada”.

Amarildo Vieira, secretário de Gestão de Pessoas do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu que o grande problema é “que sempre tentamos discutir todas as questões que nos afetam, na busca da construção de um Plano de Carreira efetivo”. Para ele, no Judiciário, com todas as dificuldades dos processos de negociação (número expressivo de servidores, capilaridade em todo o território nacional, autonomia etc) a categoria é levada a abandonar algumas questões importantes para a Carreira e focar apenas na questão salarial. “Seria vantajoso discutir a Carreira, pois temos muitos pro-

blemas que não são solucionados com os sucessivos PCS, tais como o grande contingente de técnicos judiciários, quando a demanda é pelo trabalho dos analistas judiciários; desestímulo dos servidores, pois a Carreira não possui tantos atrativos; reavaliação do Adicional de Qualificação (AQ). O servidor precisa, ao ingressar na Carreira, enxergar nela perspectivas de crescimento profissional. Todos ganham quando se adotam políticas que contribuam para a manutenção dos servidores”, afirma o gestor de Pessoas do STF.

Como foi o seminário

No primeiro dia de debate, em 14 de junho, o Seminário Jurídico do Sisejufe debateu o lançamento da “Campanha Contra o Desvio de Função”. Participaram da mesa de abertura Mariana Liria, coordenadora do Departamento Jurídico do Sisejufe, Aracéli Rodrigues, assessora jurídica da entidade, e Iracema Martins Pompermayer, da Direção da Fenajufe.

O também assessor jurídico do Sisejufe, Rudi Cassel, apresentou uma cartilha contendo todas as observações acerca do desvio de função e suas consequências. Já a assessora política do Sisejufe, Vera Miranda, abordou a gestão no serviço público e as contradições que levam ao desvio.

Para o secretário de Gestão de Pessoas do STF, Amarildo Vieira, o problema do desvio de função independe da administração dos tribunais. Segundo ele, tem a ver com a situação da Carreira no Judiciário Federal. “Não temos como restringir o exercício de cargos em comissão para analistas, por exemplo. A Carreira não é fechada”, opinou Vieira.

O segundo dia do Seminário começou com a mesa sobre a “Aprovação do PCS4 e Política Salarial: histórico e perspectivas”. A discussão do tema contou com as presenças de Amarildo Vieira secretário de Gestão de Pessoas STF, de Valter Nogueira Alves diretor-presidente do Sisejufe, e do militante do Sintrajud/SP Demerson Dias que apresentaram os desafios da categoria para os próximos anos.

No dia 15 de junho o primeiro painel foi “O direito de greve e negociação coletiva do servidor público, com discussão da proposta do Fórum de Servidores Públicos”. Conduziu a mesa, Dulavim de Oliveira Junior, diretor do Sisejufe, que contou com os palestrantes Jean Ruzzarin, assessor jurídico do Sisejufe, Max Leno, economista do Dieese, especialista em negociação do setor público.

A negociação está limitada pelo rito orçamentário quando deveria ter ritual próprio, casado com aquele e sem o desprezo do componente da vontade política

Reforma da Previdência e a Negociação Coletiva

No segundo e último painel sobre a “Reforma da Previdência do Servidor Público: impactos e transformações”, os palestrantes foram Amarildo Vieira e Rogério Viola, assessor jurídico do Andes-Sindicato Nacional, e quem conduziu os trabalhos, foi o vice-presidente e diretor jurídico do Sisejufe, Ronaldo Almeida das Virgens.

Max Leno, do Dieese, apresentou a proposta de regulamentação da negociação coletiva, direito de greve e afastamento de dirigentes do setor público. Para ele, a negociação está limitada pelo rito orçamentário quando deveria ter ritual próprio, casado com aquele e sem o desprezo do componente da vontade política, como foi no ano passado. Ele afirma que mesmo antes da sanção presidencial ao decreto da Convenção 151, o governo havia fechado as portas a 7% dos servidores, “a essência do Estado”, e reabriu depois, mostrando o componente político do processo.



A ratificação da Convenção 151 significa um importante passo na construção do Estado democrático de direito. Max Leno afirmou que as organizações de trabalhadores, os servidores, constituem uma sociedade mais justa e participativa. A Convenção 151 não é suficiente e se deve prosseguir com a construção de uma nova visão doutrinária e jurídica para as relações de trabalho no setor público.

O economista finalizou afirmando que, de acordo com o Artigo 9º da Constituição Federal, é dever do Estado e direito dos servidores públicos o diálogo social e o fortalecimento das negociações coletivas. Para ele existe a necessidade da continuidade das mesas de negociação para os acordos firmados, em anos anteriores, com os governos e os servidores públicos federais.

Rogério Viola apontou que é preciso ter referência e base. Segundo ele, a Emenda Constitucional 20/98 manteve como base de cálculo dos proventos a última remuneração do servidor no cargo efetivo, podendo ser integral ou proporcional, con-

forme o caso, porém, todas com paridade de reajustes e extensão de vantagens, na forma definida em lei. Esse era um dos últimos paradigmas a serem derrubados: a paridade. Além disso, depois a Emenda Constitucional 41/2003, tal norma instituiu um regime de Previdência dos servidores públicos contributivo e solidário, com severas modificações nas cláusulas de paridade e extensão, nas regras de reajuste, na forma de cálculo e até novos requisitos para a obtenção da aposentadoria, como um tempo mínimo de efetivo exercício na carreira a que pertence o servidor.

Segundo Viola, a Fundação da Previdência Complementar para os Servidores Públicos (Funpresp), que passou a vigorar efetivamente a partir do dia 5 de fevereiro de 2013, causou apreensão à categoria devido às inúmeras dúvidas existentes sobre o novo regime previdenciário. O advogado destacou que “no tocante a justiça, o Estado não tem nada haver com o passado, porque na década de 1990, o que os sucessivos governos tiraram da Previdência causaram



Mariana Liria: Previdência Complementar é mais um tema a ser discutido

esse déficit que vivenciamos hoje”.

Para Rogério Viola, isso gerará uma imparcialidade, pois a Reforma da Previdência como está hoje não é injusta em sua totalidade, mas o Estado deveria contribuir com a

maior parte. Até porque o teto não é elevado e não se adapta a realidade em que vivemos. Ele salienta que “a Justiça deve ser o primeiro órgão a discutir essa reforma que esta enfraquecendo o trabalho de longos anos

Aposentadoria não integral no

Em entrevista exclusiva à *Ideias em Revista*, Amarildo Vieira, secretário de Gestão de Pessoas do Supremo Tribunal Federal (STF), comenta assuntos polêmicos como Reforma da Previdência, o impacto da aposentadoria por idade no serviço público e a diminuição do número de concursos no Judiciário. Confira os pontos de vistas do secretário.

Ideias – Como o senhor avalia a campanha para anulação da Reforma da Previdência? O senhor é favorável à anulação?

Amarildo Vieira – Olha, a questão é muito complexa. Há quem diga que, em razão do julgamento da Ação Penal (AP) 470, haveria espaço para questionar a aprovação da emenda da Reforma da Previdência. Já vi, na imprensa, entrevista de um ministro

do STF que afirmava não ser possível. Confesso que não tenho opinião formada sobre o tema.

Ideias – Em sua avaliação, quais seriam os principais aspectos negativos da Reforma Previdenciária em relação ao funcionalismo público, especificamente no que se refere ao pessoal do Judiciário Federal?

Amarildo Vieira – Para mim, o principal prejuízo foi a perda da aposentadoria integral. Era uma garantia para o servidor público que não se preocupava com o seu futuro, quando da passagem à inatividade. É óbvio que servidor bem remunerado e amparado em relação ao futuro, desempenha suas atividades com mais dedicação e comprometimento, além de se tornar menos suscetível



A criação de mais cargos na Justiça pode contribuir para melhorar o desempenho, mas o consequente aumento de custos pode vir a ser um dificultador

dos servidores públicos federais”.

Para o advogado, o nível de contribuição do Estado deveria ser maior, mas a sua maior contribuição, com as últimas demandas, foi a criação das empresas estatais de direito privado, que são, definitivamente, as privatizações de vários setores públicos do país. Além disso, Viola reforçou que “com as atuais modificações, quando o servidor chegar ao topo da Carreira ocorrerá um prejuízo, com a tendência dele não se aposentar, devido ao nível na tabela e os valores que recebe-

ção”. Viola finaliza afirmando que “quem for aposentar-se terá uma perda irreparável e, sendo assim, a administração pública terá um grande prejuízo”. Para ele, a “Reforma da Previdência deve ter algumas ressalvas para não prejudicar ainda mais os servidores”.

A diretora do Sisejufe Mariana Liria lembrou aos presentes que o sindicato luta pelas questões de interesse da categoria e salientou que a Previdência Complementar é mais um tema a ser discutido, assim como desvio de função dos servidores



Rogério Viola: o nível de contribuição do Estado deveria ser maior



Vera Miranda: o desvio de função é o grande problema da atualidade no setor público

públicos. Ela afirmou que se deve aprofundar essa discussão com a categoria. “E o sindicato não deixará de fazer esse trabalho”, garantiu a dirigente da entidade.

A assessora política do Sisejufe, Vera Miranda, afirmou que o desvio de função é o grande problema da atualidade no setor público. Ela destacou também a terceirização e a precarização da mão de obra.

Vera explicou que o desvio de função acarreta em lucro gerado pela exploração do trabalho, nos moldes do setor privado, mas em geral, é menos perceptível. Para a assessora, “é mais fácil, para o governo, remanejar o servidor do que pensar em uma gestão mais complexa, que contemple a categoria em seus direitos e valorize seus funcionários”.

Judiciário pode ser muito ruim

à corrupção. Para os servidores do Poder Judiciário que, dentre tantas categorias, desempenham atividades típicas de Estado, a perda da aposentadoria integral pode vir a ser muito ruim. Com a perda dos direitos dos servidores (aposentadoria integral, quintos, anuênios, incorporação da FC/CJ nas aposentadorias) trabalhar no serviço público ou na iniciativa privada não faz mais nenhuma diferença, em razão da perda de atrativos no serviço público. Creio que não será mais possível atrair e manter os melhores servidores.

Ideias – Em sua análise, qual o impacto da aposentadoria por idade no serviço público? E quais os prós e contras para o servidor do Judiciário Federal?

Amarildo Vieira – A fixação de uma idade mínima para aposentadoria veio dar racionalidade às regras de inativação do servidor. Quando ainda existia aposentadoria voluntária proporcional, sem limite de idade, era possível ao servidor passar à inatividade muito precocemente, o que onerava os cofres do Estado. Era necessário estabelecer um limite mínimo. Creio que 60 anos para o homem e 55 para a mulher são idades razoáveis. É preciso que os servidores entendam que as regras de aposentadoria não são perenes. Elas devem ser reavaliadas constantemente e acompanhar a melhora da qualidade de vida e o consequente aumento da expectativa de vida. É assim no mundo inteiro. É claro que os servidores não gostaram das mudanças, mas é importante

frisar que os direitos adquiridos foram respeitados. E mais. Para o grupo de servidores que havia ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998, e que havia começado a trabalhar muito cedo e, portanto, completava os requisitos para aposentadoria ainda jovens, foi criada uma regra específica na EC 47/2005, que permite a aposentadoria com idade menor do que aquela estabelecida.

Ideias – A diminuição do número de concursos tem atrapalhando o desempenho do Judiciário de alguma forma?

Amarildo Vieira – Eu não tenho avaliação apurada a respeito. Agora, é óbvio que a Justiça precisa chegar ao cidadão. O processo de sua interiorização é muito importante, pois

permite o acesso para uma grande parte da população, que antes não tinha acesso. O número de demandas judiciais se avoluma nas várias instâncias. A informatização da Justiça, o Processo Eletrônico, enfim, o uso da tecnologia, pode ajudar no desempenho no Poder Judiciário. Como se trata de uma nova forma de trabalho, suas consequências para os servidores ainda não foram adequadamente avaliadas. A criação de mais cargos na Justiça pode contribuir para melhorar o desempenho, mas o consequente aumento de custos pode vir a ser um dificultador. É preciso encontrar um ponto de equilíbrio. Dar eficiência à máquina da justiça, sem elevar demais os custos.

*Da Redação.

Campanha leva Oficinas

Foto: Vera Miranda

Programa de Saúde do Sisejufe realiza Oficinas de Saúde e Qualidade de Vida nas justiças federais do estado



Servidores em Resende apontam resultados: alegria, bem estar, tranquilidade, harmonia e boa convivência

Constituindo a segunda etapa da campanha “Sua Saúde é Nossa Pauta”, que compreende a pesquisa de saúde do servidor; o diagnóstico das condições

de trabalho; a campanha de pausa (“Pausa dos 10 minutos a cada 50 trabalhados”); e a luta pela jornada de seis horas corridas, enfatizando os impactos do teletrabalho na saúde

do servidor, devido à implantação do Processo Eletrônico, o Sisejufe realiza, com início em junho e término em dezembro as Oficinas de Saúde e Qualidade de Vida, iniciando as atividades pelo interior do estado, no qual foi identificada a quase completa ausência de procedimentos que visem a prevenção da saúde do trabalhador e da trabalhadora do Judiciário Federal no Rio.

Ciclo de Oficinas, que abrangem as três justiças têm previsão de continuidade em 2013, como parte do programa de interiorização do sindicato, que vem ampliando, cada vez mais, o atendimento presencial ao filiado do interior.

Nesse primeiro momento, a série que será aplicada durante todo ano, tanto no interior quanto na capital, dialoga com a continuidade do trabalho que já vem sendo realizado no Programa de Saúde do Sisejufe, identificando demandas no que diz respeito à satisfação do trabalhador; criando estratégias de promoção da saúde física, mental e emocional;

auxiliando na maior conscientização, do servidor, sobre si mesmo, emocional e corporalmente, promovendo a expressão justa da percepção sobre seus sentimentos, logo adoecendo menos. Nesse sentido, o Departamento de Saúde do Sisejufe lança mão de dois elementos que são aplicados nas Oficinas de Saúde e Qualidade de Vida: a Arteterapia e a Terapia Milenar Chinesa (TMC), para traçar um diagnóstico sobre o impacto da implantação do Processo Eletrônico na saúde física e mental do servidor do Judiciário Federal fluminense a partir da realização de vivências em grupo utilizando a Arteterapia e atendimentos individualizados utilizando a MTC.

Com isso o programa de Saúde do Sisejufe fecha o ciclo do mapeamento do impacto do processo de virtualização no Poder Judiciário no adoecimento da categoria. O diagnóstico realizado durante as Oficinas de Saúde comporão, juntamente com os dados da pesquisa de saúde, documento de fundamentação



**Sua “Saúde é Nossa Pauta”:
pesquisa de saúde do servidor;
diagnóstico das condições de
trabalho; campanha de pausa;
redução da jornada**

de Saúde para o interior

e sustentação do pedido de redução de jornada de trabalho para as 6 horas corridas.

O mês de junho foi escolhido para início das atividades de saúde e, no planejamento da campanha foram pensadas, inicialmente, a realização de 15 oficinas para este ano. Porém, o calendário foi revisto para que pudesse abranger todas as cidades que possuem as três justiças federais, bem como a maioria das cidades que possuem apenas varas

do Trabalho e cartórios eleitorais. O ciclo começou pela Justiça Federal, mas, em agosto, as varas do Trabalho do interior começam a ser abrangidas, iniciando pela cidade de Itaperuna. A meta é abarcar todos os locais de trabalho das justiças federais do estado.

Calendário das Oficinas

Em junho, dia 7, os servidores da Subseção de Resende receberam a equipe de Saúde do Sisejufe para

realização da primeira Oficina e, na semana de 11 a 14, foi a vez das subseções de Nova Friburgo e Niterói darem sequência ao ciclo das Oficinas. No início de julho já foram realizadas as oficinas de Volta Redonda e de Três Rios, ainda este mês estão agendadas as cidades de Angra dos Reis e de São Gonçalo. Em agosto será a vez de Itaperuna, Macaé, Barra do Piraí, e São Pedro D'Aldeia.

O agendamento leva em conta o melhor dia para os servidores

receberem a visita dos profissionais de saúde, visto que é necessário conseguir um espaço nos prédios para realização do atendimento e, em alguns locais da Justiça o único espaço disponível é a sala de Audiências. Os servidores, além de obterem as informações gerais, também recebem esclarecimentos sobre a “Pausa dos 10 minutos a cada 50 trabalhos”, que é parte do programa geral de saúde da atual gestão do Sisejufe.

Resende inaugurou ciclo de Oficinas com vivência e Arteterapia

Realizado na Subseção da Justiça Federal em Resende, a Oficina de Saúde e Qualidade de Vida do Sisejufe, primeira a ser aplicada no interior, focalizou a necessidade, a satisfação, o contato do servidor consigo mesmo e o alívio do estresse, utilizando para isso os canais expressivos da Arteterapia.

A Arteterapia é uma prática que se apropria de diferentes recursos expressivos como as Artes Plásticas, a Música, a Expressão Corporal, as Artes Cênicas, a Literatura e as Artes Manuais aliadas a uma leitura simbólica do fazer artístico, aqui realizada através da articulação entre a Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung e a Análise Psicorgânica, de Paul Boyesen.

Segundo Maria Carolina Nani, psicoterapeuta, facilitadora das Oficinas, que tem pós-graduação em Psicoterapia Corporal e em Psicologia Biodinâmica e Análise Psicorgânica pela École Française d'Analyse Psycho-Organique (Efapo), a serviço do Sisejufe, “os materiais e técnicas são ‘instrumentos expressivos’ que facilitam o processo criativo transformador do mundo interno e externo, harmoniosamente unidos, conduzindo a uma ampliação da visão consciente,

abrindo novas possibilidades de criação e de realização de ideais”.

Expressões Lúdicas

De início, na Oficina de Saúde de Resende foi trabalhado o canal da Expressão Corporal, com o qual se buscou os movimentos espontâneos dos participantes, utilizando-se da criatividade para a busca de novos movimentos. Aliados a respiração, experiências sensoriais, atividades de conhecimento e consciência corporal e o movimento, tendo como meta a dissolução do estresse emocional, atuando de maneira sutil e ativa e não provocativa: estimulando, apoiando e facilitando a expressão do corpo e da psiquê.

Também foram, paralelamente, enfocados o esquema corporal, a coordenação motora ampla e fina, a consciência e o conhecimento corporal, reflexos, noções de espaço, tempo, peso e altura, concentração, equilíbrio, organização e reorganização do movimento através da criatividade de forma individual e coletiva.

Na continuidade, o canal expressivo da Literatura, a história em si, trás uma abundância de imagens, facilitando uma identificação do indivíduo com os seus personagens



Foto: Anderson Paixão

“Estudos mostram que no momento em que o indivíduo é acometido por uma doença ele se vê obrigado a parar. Parar para se cuidar, para ouvir suas próprias necessidades, para ouvir o que o outro tem a dizer a respeito do que ele precisa, para refletir sobre seu processo de vida.”

e conteúdos de forma a facilitar o falar de si mesmo, de seus conflitos e desejos. Nesse caso, o tema central, a sua verdade, a sua necessidade a partir da história foi trabalhada na Oficina. Um fato interessante, observado no processo da oficina realizada em Resende, deu-se com a percepção da necessidade do tempo

da pausa, de interagir com o outro, tempo de ouvir verdadeiramente, de refletir e, como quando se está distante disso, perde-se o contato com a consciência do que é preciso para encontrar a satisfação.

A partir do contato com o tema da história foi sugerido que os participantes trouxessem um símbolo através do canal das Artes Plásticas. A realização do trabalho plástico promove a concentração, o desligar-se do externo. Centrando-se no material o indivíduo vivencia a harmonia, a paz, a quietude. Configura-se, assim, um espaço de descanso, no qual o sujeito pode olhar para outros focos que não sejam a situação em si. Quando o trabalho plástico é finalizado, a nomeação ou a identificação desse, feito pelo participante, trás um novo significado à obra.

O canal expressivo da Música, aliado permanente aos demais canais, propiciou um olhar voltado para o interior do indivíduo. Sabe-se que ondas sonoras são captadas não apenas pelo ouvido, mas também pelas células sensitivas do corpo todo, de forma que a música atua constantemente sobre nós, acelerando ou retardando, regulando ou desregulando as batidas do coração; relaxando ou acelerando; influndo na pressão sanguínea, na digestão e no ritmo da respiração.

Ao término da Oficina fica ficou a diferença, para cada um dos indivíduos, do momento inicial, tendo cada participante compartilhado, com palavras chaves, a sua experiência, a sua “alegria”, o seu “bem estar”, a sua “tranquilidade”, a “harmonia” e a “boa convivência”.

Especialista e servidores: avaliação positiva

Maria Carolina Nami, ao final, avaliou como muito positiva a realização da Oficina de Resende e o grau de participação dos servidores da Justiça Federal daquele município. Ela avalia que “a expectativa é de um aumento progressivo de participação dos servidores na medida em que os efeitos positivos sejam confirmados pelos que já participaram” e que as Oficinas levem as pessoas “a se reconectar com as suas reais necessidades para manutenção da saúde e da qualidade de vida”. A especialista chama a atenção para a pausa no trabalho como espaço para evitar o adoecimento.

Maria Carolina afirma que “estudos mostram que no momento em que o indivíduo é acometido por uma doença

ele se vê obrigado a parar. Parar para se cuidar, para ouvir suas próprias necessidades, para ouvir o que o outro tem a dizer a respeito do que ele precisa, para refletir sobre seu processo de vida. Pausar é cuidar de si. Pausar é escutar a sua própria história, reconectando com a sua necessidade”.

Conforme informações dos servidores a Oficina realizada no dia 7 de junho, “foi gratificante e muito bem recebida”, salientando que há muitos anos ocorriam, com mais frequência, atendimento desse nível aos servidores, “mas que, atualmente, estão abandonados por serem do interior”.

Eles acreditam que seria importante a presença do Sisejufe com mais atividades desse porte e que sejam realizadas com mais frequência essas Oficinas para o bom desempenho do trabalho.

Oficina movimentou servidores em Nova Friburgo

Foto: Raquel Carlucho

Dia de 11 de junho as Oficinas de Saúde e Qualidade de Vida chegaram à Subseção da Justiça Federal de Nova Friburgo e os servidores desse município também puderam obter informações da campanha, assim como receber orientações acerca de um de seus principais motes, a “Pausa dos 10 minutos a cada 50 trabalhados”.

A assessora política do sindicato, Vera Miranda, aproveitou para informar aos servidores da Justiça Federal de Nova Friburgo que a direção do Sisejufe pautou, na reunião com o diretor do Foro, juiz Carlos Guilherme Francovich Lugones, a necessidade da retomada da política de prevenção de saúde para os servidores, bem como o deferimento para uso da sala de atendimentos por um profissional a ser pago pelos próprios funcionários, até que novo convênio se estabeleça pela Justiça Federal.

Carlos Lugones afirmou que estão envidando esforços para que as licitações sejam finalizadas o mais breve possível, e que a política de prevenção à saúde chegue a todas as subseções da Justiça Federal. O diretor também afirmou que seria



Em Nova Friburgo a demanda por Fisioterapia mostrou-se bastante grande

muito proveitoso se os supervisores administrativos pautassem a prevenção da saúde nas reuniões com a Diretoria do Foro.

Demanda significativa

A demanda por atendimento fisio-

terapêutico, que diminui o estresse e as dores osteomusculares, para os servidores de Nova Friburgo é tão significativa que o atendimento por parte do Sisejufe, que seria das 14 às 17h, com a grande procura, prolongou-se até às 19h. Mais de 18

servidores participaram da terapia que movimentou a Vara da Justiça. A Oficina foi realizada pela fisioterapeuta e especialista em Medicina Tradicional Chinesa (MTC), Antônio Carlos Lopes, do Sisejufe.

Na oportunidade, Antônio Carlos

utilizou algumas técnicas de relaxamento e alongamento para os servidores com problemas de hérnia lombar; para o estresse, através da acupuntura; para bursite, com acupuntura e spirotaing; insônia; perda de peso: para parar de fumar e eliminação de edemas.

Segundo os servidores que participaram da Oficina, essa promoção do Sisejufe é de extrema importância para o melhor desempenho do servidor em seu local de trabalho e, por isso, o sindicato deveria promover outras.

A MTC utiliza técnicas milenares para tratar dores em geral; ansiedade, insônia, e dores de cabeça; estresse e processos de adoecimentos vinculados à Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e ao Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao

Trabalho (Dort), utilizando técnicas como acupuntura, quiropraxia, shiatsu, moxabustão, auriculoterapia entre outros.

Para os servidores do Judiciário em Nova Friburgo, a Oficina foi produtiva e a adesão chegou a mais de 80%. Segundo eles, a iniciativa do Sisejufe foi de extrema importância e, por isso, solicitaram que ocorram mais eventos desse tipo, com menor periodicidade, uma vez que, para eles “é saudável e as pessoas ficam mais à vontade em seus locais de trabalho”, assim como “que mexe com a sensibilidade e com o humor dos servidores”. Por fim, salientaram que antes havia um fisioterapeuta que atuava com frequência, porém seu contrato não foi renovado e ficaram sem a “Medicina laboral”.



Promoção do Sisejufe é de extrema importância para o melhor desempenho do servidor

Servidores de Niterói também prestigiam Oficina de Saúde

Em Niterói a Oficina de Saúde ocorreu no dia 13 de junho, no 15º andar do prédio da Justiça Federal, localizado na rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, sob o comando da coordenadora do Departamento de Saúde do Sisejufe, Helena Cruz, servidora lotada na Justiça Federal de Niterói.

Lá, tem política de prevenção à saúde patrocinada pela Justiça Federal. Ainda assim, mais de 10 servidores foram atendidos com técnicas da MTC e receberam material de divulgação do “Pausa de

10 minutos a cada 50 trabalhados”.

Para Helena Cruz, “tão importante quanto levar um atendimento ao servidor é conscientizá-lo dos impactos do teletrabalho e da necessidade de prevenção”. Segundo ela, os servidores passam longos períodos sentados em frente às telas de computadores, “quase imóveis, realizando movimentos repetitivos sem parar, utilizando móveis e equipamentos com pouco ou nenhum critério ergonômico e, quando se dão conta, já adquiriram a LER (ou o ort); sofrem de ansiedade, estresse e depressão”.

A dirigente do Sisejufe busca sempre lembrar aos servidores e às administrações que, “para prestarmos serviço de qualidade com celeridade, é preciso, antes de tudo, ter saúde e qualidade de vida. A pauta da política de prevenção à saúde é prioridade máxima da nossa gestão, vamos continuar pautando as administrações, vamos continuar no interior e na capital, informando e prestando assistência até que essa política esteja consolidada”.

Fotos: Vera Miranda



Bandagem elástica funcional em lesões musculares



Em Niterói, a curiosidade foi pela Medicina Tradicional Chinesa (MTC)

Subseção de Volta Redonda recebe Oficina de Arteterapia

Fotos: Vera Miranda



A Justiça Federal de Volta Redonda participou do ciclo de Oficinas com atendimentos por grupos de até 10 servidores para melhor realização das dinâmicas. Todos os participantes elogiaram a iniciativa do sindicato

e solicitaram a continuidade das atividades de forma periódica.

Em Volta Redonda a receptividade demonstrou mais uma vez que o Sisejufe acertou na condução da política de saúde para o servidor.



Participantes elegem um símbolo através do canal das Artes Plásticas. A realização do trabalho plástico promove a concentração, o desligar-se do externo



A expectativa é de um aumento progressivo de participação dos servidores na medida em que os efeitos positivos sejam confirmados pelos que já participaram

Três Rios também participa da campanha “Sua Saúde é Nossa Pauta”

Os servidores da Subseção de Três Rios também receberam a visita do Departamento de Saúde do Sisejufe com muito interesse e disposição de participar.

Um elemento preponderante para a participação foi o cuidado com as dores originadas pelo trabalho com o Processo Eletrônico e a perspectiva de participar ativamente da construção do perfil de saúde do servidor que trabalha com essa metodologia, propiciando a construção de documento capaz de subsidiar a luta pela redução da jornada para 6 horas corridas, baseada nos impactos do Processo Eletrônico na saúde do servidor.



Foto: Anderson Paixão

É preciso a continuidade do tratamento para que se possa chegar até a cura de cada problema. E isso dependerá de cada caso



Foto: Anderson Paixão

Técnicas de relaxamento e alongamento para os servidores com problemas de hérnia lombar; para o estresse, através da acupuntura; para bursite, com acupuntura e spirotaing; insônia; perda de peso; para parar de fumar e eliminação de edemas

Servidores apontam importância das Oficinas

Servidores destacam a importância da ação do Sisejufe com as Oficinas de Saúde. Para Maira Guimarães Machado Spadarotto, da Subseção de Três Rios, a iniciativa do sindicato foi muito positiva e que, portanto, “é uma atividade importante e que precisa de continuidade”.

Já Fernando Gonçalves Simão, atual representante sindical de base do Sisejufe, afirmou que as Oficinas são interessantes e que não há outro caminho a seguir que não passe pela continuidade do cuidado com a saúde do servidor.

Foto: Anderson Paixão

Não há outro caminho a seguir que não passe pela continuidade do cuidado com a saúde do servidor



Especialistas: objetivos são alcançados

Foto: Vera Miranda



A psicóloga em Biodinâmica e psicoterapeuta Maria Carolina Nani relata que a experiência adquirida com a Oficina de Saúde realizada em Resende, teve como objetivo focalizar a necessidade do contato pessoal e a satisfação dos servidores em seu local de trabalho. Sendo assim, Carolina afirma que pode observar que os servidores ficaram satisfeitos e, pelo questionário respondido, saíram dela mais descontraídos, menos mal humorados e sentiram uma grande diferença corporal, diferente de quando iniciaram. Porém, a ansiedade é o problema da maioria deles, devido ao acúmulo de atividades e falta de exercícios laborais.

Segundo, Nani, o acúmulo de estresse, faz com que os servidores se sobrecarreguem de energias negativas e a Oficina ofereceu a oportunidade do autoconhecimento do próprio eu de cada servidor. Ela finaliza afirmando que os participantes da atividade saíram satisfeitos e que a campanha sua “Saúde é

a nossa Pauta”, deve estar mais presente na vida dos servidores. Para ela, o bem estar, a tranquilidade e o diálogo entre eles é extremamente importante para a saúde e também para o bom andamento do trabalho.

De acordo com o fisioterapeuta Antônio Carlos Lopes Coelho, a iniciativa de levar melhor qualidade de vida aos servidores da Justiça Federal foi positiva, uma vez que, além de levar conhecimento aos servidores das possíveis patologias adquiridas na atividade, da função exercida, a oficina também deu conta das possíveis terapias da Medicina Tradicional Chinesa (MTC).

Segundo o fisioterapeuta, no início houve uma resistência, mas depois todos se “soltaram”, e a reciprocidade foi muito boa. Para ele, a oficina foi muito positiva porém, afirma que é preciso a continuidade do tratamento para que se possa chegar até a cura de cada problema. E isso dependerá de cada caso.

Foto: Anderson Paixão



Fenajufe lança campanha com pauta emergencial

Em reunião de planejamento da Fenajufe, realizada em Brasília, dia 28 de junho, o Sisejufe esteve representado por seu coordenador de Imprensa, Roberto Ponciano, que também é coordenador de Comunicação da entidade nacional. O dirigente sindical concedeu entrevista à Ideias em Revista, na qual relata o que foi debatido e quais as demandas para esse semestre com enfoque na Campanha Salarial 2013 entre outros temas que podem ser conferidos abaixo.

Para Ponciano, no que diz respeito ao direito de greve, a categoria deve lutar pra garanti-lo, “fazendo greve sem medo”, mesmo que haja, atualmente, a “tendência absurda de judicialização da política e da greve”.

Ideias – Qual a orientação da Fenajufe para o semestre, devido às últimas manifestações da sociedade?

Roberto Ponciano – Em primeiro lugar, vamos retomar a pauta da categoria. Vamos usar esse momento de ampla mobilização para pedir a antecipação das parcelas de reposição de 2014 ainda para 2013 e a de 2015 para 2014, além de, também, reivindicar a aprovação do PL 319, que cria o Adicional de Qualificação (AQ) de 5% para os técnicos, embora o mesmo imponha um retrocesso, que é o fato de acabar com a limitação de 50% nas CJ (cargos em comissão) para os tribunais superiores. Na pauta geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), vamos dar todo apoio à Reforma Política, com financiamento público de campanhas, para acabar com os lobbies no Congresso Nacional. É a pauta para, efetivamente, mudar a política no Brasil. Criar mecanismos eficazes de controle. Além da pauta da redução da jornada de trabalho,



Foto: Raquel Carlucho

da negociação coletiva e do combate à Terceirização.

Ideias – Qual foi o objetivo da reunião de planejamento da Fenajufe para a categoria?

Roberto Ponciano – Teve o objetivo de pensar a Fenajufe para os próximos três anos. Planejamos a sua Imprensa, e teremos um grande evento de Comunicação da Fenajufe; planejamos a Administração, o Jurídico e as lutas gerais. O consenso é que a Fenajufe tem que retornar

às ruas e se fazer mais conectada com os diversos sindicatos. Teremos um grande encontro da Justiça Eleitoral.

Ideias – A pauta emergencial atende as demandas do movimento?

Roberto Ponciano – A pauta emergencial serve para este ano, contra o congelamento salarial e para termos um Congresso mais progressista. Mas não resolve nossas vidas. Temos que fazer um grande plano de carreira para o ano que vem e

uma grande greve em 2014, para reverter o congelamento imposto pelo Governo Dilma.

Ideias – O trabalho para a constituição de comissão interdisciplinar no Supremo Tribunal Federal (STF) e Procuradoria Geral da República (PGR) para discutir o Plano de Carreira dos servidores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (MPU) é mesmo necessário?

No que diz respeito ao direito de greve, a categoria deve lutar para garanti-lo, “fazendo greve sem medo”, mesmo que haja, atualmente, a “tendência absurda de judicialização da política e da greve”

Roberto Ponciano – É necessário. Aliás, é exigência legal. Sem essa comissão interdisciplinar não conseguimos dialogar com aqueles que têm a caneta, devido à Constituição Federal de 1988. Não adianta fazermos um plano dos sonhos sem negociar nem intermediar com os poderes.

Ideias – O que se pode fazer para corrigir os prejuízos nos padrões e do reenquadramento?

Roberto Ponciano – Temos ação judicial para isso. Estamos esperando as manifestações dos tribunais, mas creio que isso pode ser revertido de forma definitiva no debate do Plano de Carreira. O efetivo prejuízo, se houve e para quem houve, tem de ser debatido e colocado na lei com proposta de resolução para superação desse prejuízo. Se conseguirmos resolver isso na comissão interdisciplinar e pusermos na lei, resolve. Foi assim que resolvemos os prejuízos do B17 (alteração de enquadramento da antiga tabela do PCS).

Ideias – Como se deve trabalhar pelo o aumento dos valores

repassados para a Saúde?

Roberto Ponciano – Para o plano de saúde estamos trabalhando junto aos parlamentares de cada estado para rejeitar o artigo que congela os valores. Temos que trabalhar na Comissão do Orçamento da Câmara e no Congresso Nacional.

Ideias – Como dar-se-a a garantia do pagamento dos passivos?

Roberto Ponciano – Há que se conseguir as verbas também no Orçamento, mas temos que definir prioridades. O que negociamos primeiro, o pagamento dos passivos ou nossa reposição? Se a verba for limitada, qual a prioridade? A categoria é quem deve decidir.

Ideias – O que significa o PLP 92/2007 e o que a Fenajufe e suas entidades de base podem fazer para reverter à aprovação do mesmo?

Roberto Ponciano – As entidades de base estão articuladas contra ele. Ele tem o repúdio da Fenajufe, de todos os seus sindicatos. Além desses, tem a desaprovação da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), da Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (Cnesf) e da CUT. Temos que pressionar os deputados para reprovar o PLP 92/2007 (que regulamenta o inciso XIX do Artigo 37 da Constituição Federal, parte final, para definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo poder público), ou seja, projeto que flexibilizam direitos e aponta para a existência de um trabalhador, no serviço público, sem direitos.

Ideias – A Fenajufe tem alguma campanha contra o assédio moral?

Roberto Ponciano – Não tem uma campanha central, até porque é tarefa das entidades de base, mas apoia todas as campanhas desses sindicatos. À Fenajufe cabe, talvez, ter uma cartilha e orientações gerais, mas não é a Fenajufe quem combate isso, diretamente, em que pese o Coletivo

de Saúde estar discutindo a questão e pegando a experiência de todos os sindicatos. Cada entidade é quem faz o combate em sua base. O Sisejufe faz isso muito bem, a Fenajufe está avançando tanto na questão de discutir a experiência geral, quanto no sentido de elaborar uma cartilha para as entidades e apoiá-las em Brasília, assessorando junto a Câmara dos Deputados e na PGR.

Ideias – A luta pela regulamentação da Convenção 151 (Negociação Coletiva) poderá ser feita através de quais metodologias?

Roberto Ponciano – A CUT está bem avançada nessa luta. Infelizmente a Fenajufe não está mais filiada à central. Há uma Frente Parlamentar Sindical que está levando a luta para frente, e quem tem negociado isso é a CUT. A Fenajufe deu um passo atrás ao sair da CUT e fica meio órfão nessa questão. Os cutistas da Fenajufe terão que levar esta luta à frente, como militantes da CUT.

Ideias – Como a categoria vai lutar pela garantia do direito de greve no serviço público?

Roberto Ponciano – Em primeiro lugar, fazendo greve sem medo, enfrentando toda e qualquer proibição. Durante a ditadura fazer greve era crime e fizemos. Há uma tendência absurda à judicialização da política e da greve e os tribunais viraram os maiores inimigos da greve, seja na iniciativa privada ou no serviço público. A súmula do STF é um atraso. Existem projetos de lei para avançar

no direito de greve, no Congresso, mas há, também, vários deles para restringi-lo. E o governo não tem o mínimo interesse em aprovar algum que garanta a greve. A CUT tem lutado muito, mas esbarra na intransigência do governo. Não vejo uma resolução em curto prazo. É preciso ter coragem para enfrentar os interditos proibitórios.

Ideias – A Campanha Salarial 2013 atende outras categorias do funcionalismo público. Qual a perspectiva de mobilização para o dia 11 de julho?

Roberto Ponciano – A bandeira emergencial que une todos é a antecipação das parcelas. Por enquanto é apenas isso, e temos uma agenda muito apertada. Diante das manifestações de descontentamento da sociedade o governo pode recuar e liberar a parcela, dependendo da força das greves. Para o ano de 2014, ano eleitoral, podemos ter uma pauta mais extensa e uma articulação mais unitária no sentido de derrotarmos a intransigência do governo e impormos a nossa pauta, com a aprovação do nosso Plano de Carreira. Mas temos que correr, até porque não fechamos ainda a discussão entre nós. É necessário a elaboração de um projeto e colocá-lo nas ruas antes do fim do primeiro semestre no ano que vem.

Por Raquel Carlucho,
da Redação.

A bandeira emergencial que une todos é a antecipação das parcelas. Por enquanto é apenas isso, e temos uma agenda muito apertada. Diante das manifestações de descontentamento da sociedade o governo pode recuar e liberar a parcela, dependendo da força das greves.

Centrais sindicais pressionam governo para

Dirigentes aproveitam cerco que se fecha para discutir Desaposementação e fim do Fator Previdenciário. Tramitação de nove propostas no Legislativo e decisões do Judiciário são sinais em favor da causa dos segurados da Previdência Social

Max Leone*

Dois assuntos vão dominar a pauta das centrais sindicais em negociações com o Governo Federal no segundo semestre. Os temas afetam diretamente milhões de trabalhadoras, trabalhadores, aposentadas e aposentados brasileiros. Os dirigentes sindicais terão a missão de vencer a batalha contra a incidência do Fator Previdenciário que reduz o valor das aposentadorias do INSS por tempo de contribuição - o governo economizou R\$ 44 bilhões com o pagamento de benefícios desde 1999 com a implantação do mecanismo. Vão forçar o governo a reconhecer o direito de quem se aposentou e se viu obrigado a continuar a trabalhar com carteira assinada, a usar essas contribuições previdenciárias feitas depois da aposentadoria para aumentar o valor do benefício, com a chamada Desaposementação.

Na avaliação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), as centrais sindicais precisam aproveitar o atual momento para a discussão e a negociação dos dois assuntos com o governo. O Diap avalia que a pressão tende a aumentar e o Planalto ficaria cercado

por todos os lados. E, assim, acabaria por apresentar uma proposta.

E o cerco se fecha. No caso da Desaposementação, o Poder Judiciário vem se posicionando favorável aos aposentados, com centenas de decisões em instâncias inferiores. Além disso, recente posição do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu ganho de causa aos segurados do INSS que continuam na ativa e pagando a contribuição previdenciária para recálculo do valor do benefício sem ter que devolver o que foi recebido. Agora, falta o Supremo Tribunal Federal (STF) dar a palavra final sobre a situação. Além disso, há nove projetos sobre o tema tramitando no Congresso Nacional. Ou seja, os poderes Legislativo e Judiciário caminham na mesma direção para garantir os direitos dos aposentados, nesse aspecto.

A revisão do Fator Previdenciário também conta com propostas em andamento no Parlamento. Uma comissão especial da Câmara, composta por 56 deputados (28 titulares e 28 suplentes), analisará três projetos em tramitação. O principal deles é o PL 3.299/08, do senador Paulo Paim (PT/RS), que extingue o Fator e que já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. Com ele, entra em pauta o substitutivo do então relator da Comissão de Finanças e Tributação, atual ministro



Trabalhador perde cerca de 31% ao se aposentar com o Fator Previdenciário

do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, que cria a Fórmula 85/95. Há também uma subemenda do deputado Ademir Camilo (PSD-MG) que usa a Fórmula, mas estabelece limite para reduzir ou aumentar o benefício em até 20%, aplicando 2% para cada ano que faltar ou exceder para completar a proposta da Fórmula, reduzindo, assim, pela metade, os efeitos do Fator sobre as aposentadorias. Para o Diap, ela ameniza a queda do valor dos benefícios precoces e contempla os trabalhadores, cuja soma da idade com o tempo de contribuição ultrapasse os requisitos da Fórmula 85/95.

A comissão terá a importante missão de elaborar e formular proposta de consenso. Sem caráter deliberativo, a ela encaminhará o resultado para ser votado no plenário da Câmara Federal. O Rio de Janeiro será representado na comissão especial pelo deputado federal Vitor Paulo (PRB/RJ).

“O Fator Previdenciário é uma conta que rouba o trabalhador,

inventada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Faz você trabalhar mais e se aposentar mais tarde. É por isso que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) é contra o Fator. A nossa proposta é a sua extinção. Queremos discutir isso. Mas, como a CUT entende que tem que haver espaço para negociação, e o governo acha que a proposta não passa no Congresso Nacional, a central aceita discutir a Fórmula 85/95, que atenua o sofrimento dos trabalhadores, e se aposentam mais cedo, por terem começado a trabalhar mais cedo”, declara o presidente da entidade sindical, Vagner Freitas.

Resultado contrário

Para o Diap, o governo está ciente de que precisa discutir alternativas ao Fator criado em 1999. Na avaliação do departamento, o Planalto reconhece que o mecanismo de controle de gastos da Previdência Social, com o desestímulo às aposentadorias precoces, resultou ao contrário do

Como garantir direitos de aposentados do INSS

Foto: Acervo Sisejufe



que se esperava. O efeito real do Fator, segundo o Diap, foi o de fazer trabalhadores em condições de se aposentar correrem para pedir o benefício, mesmo que com valor reduzido. Segundo a Previdência, a idade média de aposentadoria por tempo de contribuição é de 54 anos, para homens, e de 51 anos, no caso das mulheres.

“A fórmula do Fator envolve tempo de contribuição, idade e perspectiva de vida. Portanto, ao se combinar idade mínima e expectativa de vida levam-se a uma perda de mais de 30%”, observa Quintino Severo, secretário nacional de Administração e Finanças da CUT.

Pela regra atual, em que há incidência do Fator, um trabalhador com salário de R\$ 1 mil, 54 anos de idade, 35 anos de contribuição, tendo começado a trabalhar aos 19, ao se aposentar hoje receberia R\$ 689, ou seja, queda de 31,1%. Pelo substitutivo de Pepe Vargas, ele teria que trabalhar mais três anos

para receber R\$ 1 mil e completar 95 pontos. Já com a subemenda do deputado Ademir Camilo, o mesmo trabalhador teria redução de 12%, passando a receber R\$ 880.

Para uma mulher com salário de R\$ 1 mil, 51 anos de idade e 30 de contribuição, o fator reduz em 47,4% o valor do benefício. O INSS teria, então, que pagá-la R\$526, mas como ninguém recebe menos do que o salário mínimo, a aposentadoria ficaria em R\$ 678.

Fórmula mais amena

Se a Fórmula 85/95 estivesse em vigor, essa trabalhadora seria obrigada a trabalhar mais dois anos para receber os R\$ 1 mil. Assim, com 52 anos de idade e 32 de contribuição completaria 85 pontos da fórmula destinada às mulheres. Com a subemenda de Ademir Camilo, ela teria redução de 8% e ganharia R\$ 920. “A Fórmula 85/95 é mais amena. Pode dar melhor condição de aposentadoria pela máxima para mais pessoas”, defende o deputado federal Vicentinho (PT/SP).

Pressionado, o governo terá que apresentar uma proposta para resolver esse impasse, sob risco de ser atropelado por uma decisão judicial ou por deliberação do Congresso Nacional sobre o tema previdenciário. Diante de uma decisão conclusiva do Judiciário ou do Congresso a favor da Desaposentação, poderá haver a facilitação de uma composição em torno da flexibilização do Fator Previdenciário, estima o Diap. “Vamos forçar o governo a ter uma proposta. Faremos articulações, manifestações e até paralisações. Vamos acelerar para que o governo tenha propostas. Se é um governo voltado para os interesses dos trabalhadores tem que ter propostas voltadas para a classe trabalhadora”, sentencia o presidente da CUT, Vagner Freitas.

Conheça os projetos e lei acerca da questão que tramitam no Parlamento

PL 2.567/2011 – Está pronto para votação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). É de autoria do deputado Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) e foi apresentado em 25 de outubro de 2011. Amplia os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retomar ao trabalho;

PL 5.668/2009 – Permite o recálculo da renda mensal do beneficiário de segurado do INSS que permanece ou que retorna a atividade. Foi apresentado em 4 agosto de 2009 pelo deputado Celso Maldaner (PMDB/PR). Está desde 16 de novembro de 2011 na Comissão de Assuntos Sociais da (CAS) Câmara;

PL 5.693/2009 – Está apensado ao PL 5.668/2009 por apresentar o mesmo teor. É de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) que o apresentou em 5 de agosto de 2009. Permite o recálculo do valor da aposentadoria com base no tempo e no valor das contribuições correspondentes às atividades exercidas pelo aposentado do Regime Geral de Previdência Social;

PL 6.552/2009 – Foi apensado ao PL 5.668/2009 de autoria do deputado Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) que propôs o projeto em 3 de dezembro de 2009. A proposta amplia os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retornar ao trabalho;

PL 7.369/2010 – Apensado ao PL 5.668/2009. É de autoria do Eduardo Barbosa (PSDB/MG) e

foi apresentado em 19 de maio de 2010. Permite o recálculo da renda mensal da aposentadoria do segurado do INSS que permanece ou retorna à atividade;

PL 1.168/2011 – Também apensado ao PL 5.668/2009. Foi apresentado pelo deputado Dr. Ubiali (PSB/SP) em 27 de abril de 2011. Estabelece os critérios para a Desaposentação (renúncia à aposentadoria, pelo seu titular) e “despensão” (renúncia à pensão, pelos dependentes do segurado falecido);

PL 6.951/2010 – Apensado ao PL 6.552/2009. Foi proposto pelo deputado Cleber Verde (PRB/MA) em 10 de março de 2010. Concede ao aposentado que retorna à atividade ou que continua trabalhando o direito ao auxílio-doença, ao auxílio-acidente e ao recálculo de seus vencimentos;

PL 2.675/2011 – Apresentado pelo senador João Vicente Claudino (PTB/PI) em 9 de novembro de 2011, possibilita a suspensão da aposentadoria por invalidez em virtude de retorno voluntário à atividade profissional;

PL 2.687/2011 – Apresentado em 9 de novembro de 2011 pelo deputado Luis Tibé (PTdoB/MG), garante ao aposentado por invalidez que retornar à atividade ter a sua aposentadoria preservada, desde que mantida a invalidez para o labor exercido à época do afastamento.

As iniciativas propõem soluções para dois grandes problemas: o não pagamento da maior parte dos benefícios sociais ao aposentado que continua a trabalhar, como auxílio-doença, e a impossibilidade de uma revisão da aposentadoria que leve em conta, pelo menos parcialmente, o período contributivo posterior à concessão do benefício

Caráter terminatório

Em relação à Desaposentação, o Congresso Nacional também está carregado de propostas favoráveis aos aposentados que continuam trabalhando e contribuindo para a Previdência Social. O principal deles é o Projeto de Lei do Senado

(PLS) 91/2010 que já foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da Casa, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS). Pela proposta aprovada em 10 de abril, o trabalhador pode renunciar a sua aposentadoria atual para requerer



“Desaposentação pode ser boa para o trabalhador

outro benefício de maior valor.

Inicialmente, o projeto seguiria direto para a Câmara sem ter que passar pelo plenário do Senado. Mas o governo se mobilizou e fez seu líder na Casa, senador Eduardo Braga (PMDB/AM), apresentar recurso para fazer a matéria ser analisada e votada por outras comissões. O recurso contra a chamada Desaposentação foi aceito pela Mesa Diretora. O pedido contesta o PLS 91/2010 do senador Paim. A proposição será analisada pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e pela de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

As nove propostas na Câmara dos Deputados tramitam em conjunto, apensadas a um Projeto de Lei, o de número 2.567 de 2011, originário do Senado. As iniciativas propõem soluções para dois grandes problemas: o não pagamento da maior parte dos benefícios sociais ao aposentado que continua a trabalhar, como auxílio-doença, e a impossibilidade de uma revisão da aposentadoria que leve em conta, pelo menos parcialmente, o período contributivo posterior à concessão do benefício.

A lei em vigor não permite que o aposentado do INSS que se viu obrigado a continuar, ou a voltar a trabalhar, receba outro benefício previdenciário, exceto a reabilitação profissional, o salário família e o salário maternidade (esse dois últimos, são poucos prováveis que venha a receber um dia). Nessas condições, se o segurado fica doente ou sofre acidente e tenha que se afastar do trabalho por mais de 15 dias, não terá direito ao auxílio-doença, ainda que desconte mensalmente a contribuição para o INSS. Alguns projetos de lei propõem alterar o Artigo 18 da Lei 8.213/91 para garantir o pagamento do auxílio-doença, auxílio-acidente e benefícios do Serviço Social também para o aposentado que continua a trabalhar. “Toda iniciativa é bem-vinda. Ajuda a pressionar o governo. O cerco está se fechando. Tanto o Judiciário quanto o Legislativo dão claros sinais de que vão garantir direitos dos aposentados, como a possibilidade da Desaposentação”, afirma o senador Paulo Paim.

*Da Redação.

Foto de divulgação



Fator Previdenciário reduz em 47,4% o valor da aposentadoria de mulheres

Coité

Marlene de Lima*

No sonho, o grito de Januário dentro do poço ia se esvaindo. Acordei assustada, molhada de suor.

A água servia para as roupas, o banho e regar as plantas. Mamãe comprou uma tampa pesada, de madeira. Cobria toda a borda. A outra, gasta pelo tempo e as chuvas, tornara-se um perigo, sempre que alguém subia ali, caso precisasse estender um lençol, ou roupa maior, na corda colocada acima do poço.

Eu não desejava mal ao meu padrasto, embora ele fizesse por merecer. Não sei o que minha mãe viu no baiano. Ela trabalhou dia e noite na máquina de costura para me sustentar, bem sei. Mas t a m b é m para dar boa vida ao traste.

Sempre atrás das meninas do “Ninho do Prazer”, uma boate vagabunda, ele deixava mamãe só, mesmo quando ela gemia com as dores na coluna e alguém precisava chamar o Dr. Sérgio. Eu, com 13 anos, não podia andar de noite pelas ruas escuras de Coité.

Doença grave, o médico avisou. Não apenas a coluna, desconjuntada pelos anos de costura. Mamãe à beira da morte e Januário nunca foi vê-la no hospital. Muita crueldade.

Depois que mamãe se foi, continuei a morar com ele. Os parentes todos longe. Não é que o safado começou a olhar pra mim de um jeito diferente? Eu tinha até medo de to-

mar banho, se Januário estivesse em casa. Uma noite, bêbado, quis entrar no meu quarto. Só não consegui porque escorei a porta com a cômoda. Contei, chorando, à Felipa - antiga empregada que nos deixou para viver com um soldado. Vez em quando, ela aparecia e nos ajudava.

Naquele sábado, Felipa lavou as roupas acumuladas. Ocupou todas as cordas, até a que passava por cima do poço. Ali, pendurou uma calça do Januário, dessas de tecido pesado. Puxou água com o balde e lavou a cozinha, antes de recolocar a tampa e ir embora.

À noitinha, meu padrasto perguntou pela calça. Na certa ia pra gandaia do “Ninho do Prazer”.

“Está na corda, é só pegar” - respondi, saindo para comprar pão na venda do outro lado da rua. Por um instante pensei no sonho. Dizem que eles podem ser... Como é mesmo? Premonitórios.

Acho que o meu era.

Do balcão ouvi o grito, enquanto o caixeiro me atendia. O uivo foi amortecendo. Abracei a mochila e aspirei o cheiro quente dos pães. Enquanto o povo da rua não descobria donde vinha o urro, Januário ia descendo para a escuridão da água fria. Tarde demais.

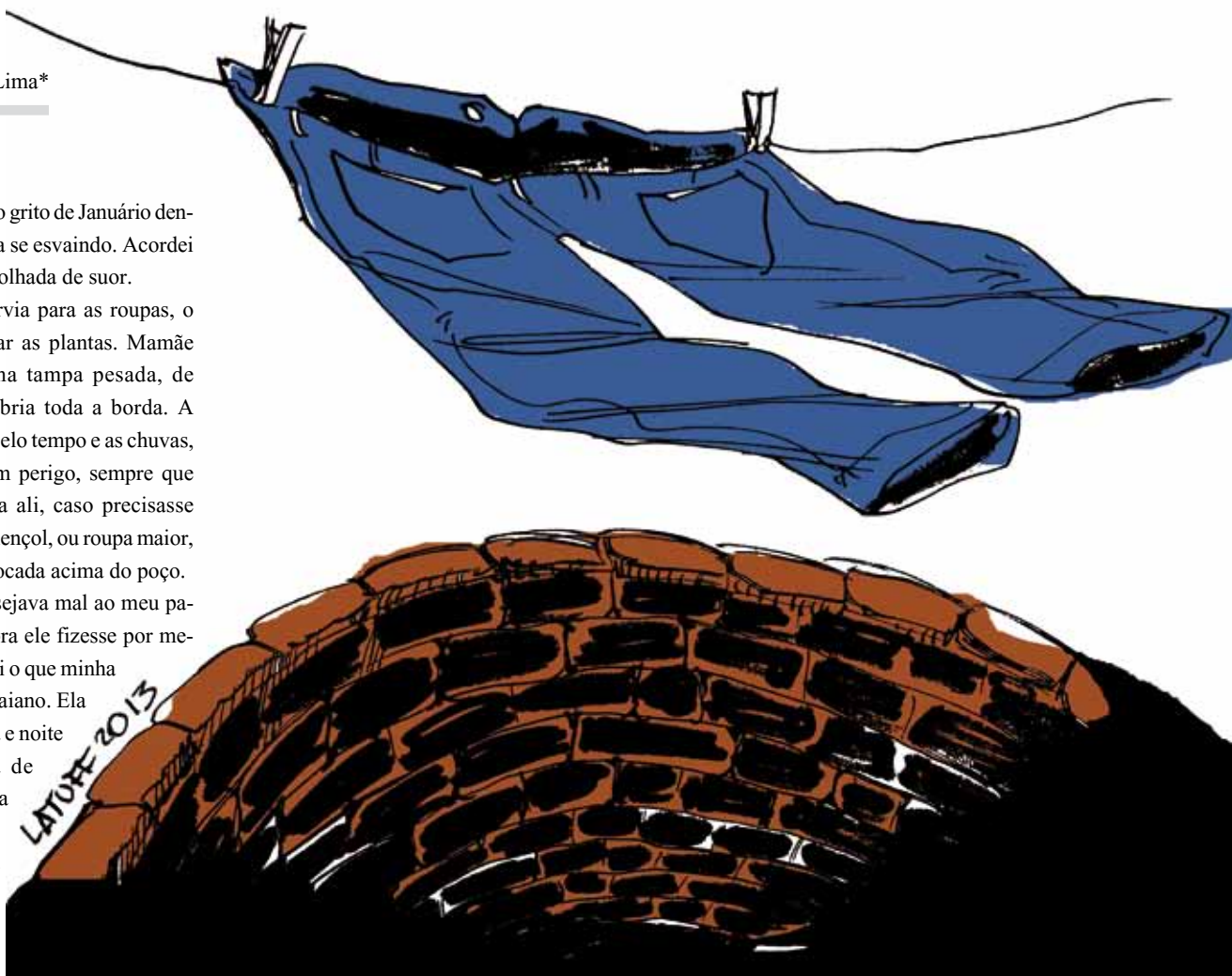
O fato é que Felipa confundiu as tampas do poço, ambas encostadas na cerca do quintal. Fazia tempo que eu aguardava o caminhão do lixo

passar e levar as tábuas podres. Mas foram elas que levaram meu padrasto para o fundo. Uma fatalidade.

Dias depois, Felipa arrumou minhas coisas e me levou até a estação. Cuidaria de vender a casa. Meus tios esperavam em Maceió. Tia Cida me matriculou num colégio. Gosto de estudar, e mais agora que minha vida mudou. Mereço um pouco de felicidade, não é mesmo?

Felipa me telefonou. Disse que sempre reza pelas almas penadas. E eu rezo para esquecer Coité, Januário e o grito daquela noite.

* Marlene de Lima é servidora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ).





Sisejufe e Sintrasef participam de tarde de solidariedade ao Grupo Cultural Jongo da Serrinha na preservação de nossas raízes culturais

Texto e fotos
Raquel Carlucho*

Na tarde do dia 22 de junho, no Morro da Serrinha, em Madureira, o Sisejufe e o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Rio de Janeiro (Sintrasef) foram recebidos para uma feijoada e também para a apresentação dos alunos do Grupo Cultural Jongo da Serrinha. Foi uma atividade de solidariedade cujo objetivo era o de abrir as portas da comunidade e mostrar o trabalho realizado pela ONG, assim como expor as dificuldades pelas quais passa o Grupo Cultural. Os dirigentes do Sisejufe e do Sintrasef que lá estiveram, “tomaram banho de realidade” e entraram em contato com a luta de uma comunidade carente que, além de buscar sobreviver, tenta manter uma tradição mais do que secular, que é o jongo.

Na oportunidade as crianças que participam do Grupo Cultural fizeram

um relato de como vivem por meio de um esquete teatral, com canto e dança, misturando charme, rap e jongo. Elas também, como os demais, lutam contra o preconceito e a violência que ainda assombram aquela localidade, que teve a escola de jongo destruída em uma ocupação do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), na região.

Luiza Marmello, coordenadora do Grupo Cultural Jongo da Serrinha, afirma que o sonho de dar continuidade aos ensinamentos dos seus ancestrais é fundamental para a manutenção do trabalho que vem sendo desenvolvido há mais de 15 anos. Luiza relata que o dirigente do Sisejufe, Roberto Ponciano, tem ajudado muito nas demandas do Jongo da Serrinha: “Ele é um lutador que se encantou quando viu a apresentação do grupo musical de ritmos afro-brasileiros ‘Razões Africanas’, no Trapiche Gamboa e, de lá pra cá, tem incentivado o Sisejufe no apoio à ONG e na realização de diversas atividades conjuntas”.

Luiza Marmello agradece ao Sise-

jufe pelos encaminhamentos e pela busca de contato com as autoridades para que se conseguisse, no início desse ano, um imóvel para a instituição e, em fevereiro, o tão desejado sonho foi realizado e entregue, em uma cerimônia simbólica promovida pela Prefeitura do Rio, as chaves, assim como um contrato de cessão de uso da propriedade do imóvel foi assinado. A nova sede terá dois andares e 2.600 m², na rua Compositor Silas de Oliveira 101, no Morro da Serrinha, em Madureira.

Luiza Marmello ainda conta com a firme colaboração e ajuda de outras duas participantes do “Razões Africanas”: Deli Monteiro, neta da mãe de santo Vovó Maria Joana, uma das fundadoras do Grêmio Recreativo Escola de Samba Império Serrano e do Jongo da Serrinha; e Lazir Sinval, sobrinha-neta de Tia Maria do Jongo ou da Grota, cuidadora do Jongo da Serrinha por várias décadas.

Lazir, também professora e bailarina, comenta que com o novo espaço, o Grupo Cultural Jongo da Serrinha poderá expandir o atendimento da Escola do Jongo das atuais cem crianças atendidas, para mais mil favorecidas. Ela esclarece que “foram mais 30 anos de trabalho árduo na divulgação do ritmo que fez do Jongo da Serrinha uma forte referência cultural afro-carioca”.

Além disso, diz que com a criação do Grupo Cultural, três gerações da comunidade aprenderam o jongo na casa da Vovó Maria Joana Rezadeira, a mais antiga baiana do GRES Império Serrano, que deixou herdeiros no jongo como seus filhos Eva e Mestre Darcy do Jongo, o neto Darcyzinho e a nora Euníce. São três gerações de uma família que recebeu o patrimônio de armar e manter o Jongo da Serrinha.

Rosiane Cunha, professora de Artes da Escola de Jongo, que trabalha há três anos com as crianças, informa que elas têm uma necessidade de aprender sobre sua cultura. “Todas adoram vir pra ONG. Gostam de pintar, escrever e ler. Querem sentir



Luiza Marmello: sonho de dar continuidade aos ensinamentos dos seus ancestrais

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-CARIOCA



o cheiro da educação através dos papéis e pincéis”, avalia a professora, para quem “é muito gratificante essa troca de valores. Aqui eles aprendem as noções básicas de educação: o bom dia e boa tarde”.

Nova sede, nova esperança

O local foi desapropriado pela prefeitura e será completamente reformado para abrigar a ONG Grupo Cultural Jongo da Serrinha. Todavia, o projeto de reforma se encontra, no momento, parado e tem-se que trabalhar para conseguir fazê-lo prosseguir.

Para uma das fundadoras e mais antiga integrante do Jongo da Serrinha, Tia Maria do Jongo (da Grota), de 92 anos, “a entrega das chaves foi um momento importantíssimo. É o reconhecimento das nossas tradições, da nossa cultura. Isso é histórico”. A decana do Jongo afirma que a ONG tem pressa na execução do projeto, mas que o primeiro caminho foi dado e agora basta esperar o andamento das obras.

Deli Monteiro, contou um pouco da história do Jongo na Serrinha. Emocionada ela afirma que “devido ao aumento da vida urbana, aos novos modismos da burguesia e à morte dos jogueiros mais antigos, o movimento foi aos poucos desaparecendo dos morros cariocas. Somente a Serrinha,



O grupo Jongo da Serrinha foi criado no fim da década de 1960 por Darcy Monteiro, o “Mestre Darcy do Jongo”, e sua família

isolada da parte central da cidade, na periferia, como se fosse uma “roça” afastada, consegui preservar a cultura afro-brasileira tradicional”.

Deli salienta que “a vida nesse morro do subúrbio de Madureira não mudou muito: as cachoeiras, os bambuzais, os animais selvagens, as casas de pau a pique, o candeeiro e o ferro a brasa continuam a fazer

parte do nosso dia adia”. Afirma a jogueira que “a mudança está em conseguirmos ensinar as crianças a ver o mundo com outros olhos, apresentando alternativas com arte, cultura e lazer e continuar na luta pelo reconhecimento da nossa história e cultura”.

Histórico do Jongo da Serrinha

O grupo Jongo da Serrinha foi criado no fim da década de 1960 por Darcy Monteiro, o “Mestre Darcy do Jongo”, e sua família. Ao perceber que o último núcleo de jongo da cidade estava morrendo, decidiu transformar as rodas informais da comunidade em ensaios artísticos como estratégia para preservar a tradição. Assim, a dança antiga foi levada do fundo dos quintais para os palcos.

A ONG Grupo Cultural Jongo

da Serrinha é um “quilombo cultural” do Rio de Janeiro, patrimônio imaterial carioca e fluminense, que preserva a tradição artística dos descendentes dos negros libertos das fazendas de café do Vale do Paraíba.

Funcionamento do Grupo Cultural

A ONG funciona diariamente das 9h às 15h30min, com atendimento as crianças em horários alternados com o da Escola de Jongo, ou seja, quem estuda pela manhã participa à tarde e vice-versa.

Solidariedade

O trabalho de solidariedade é para custear as reformas na sede e da Escola atual, que vai continuar abrigando o Jongo até a reforma final que é bastante custosa. O atual espaço tem muitas carências, o Sisejufe ajudou na construção de um muro de contenção, o Sintrasef também já se prontificou em assumir alguma reforma para que a atual sede fique com o mínimo de conforto e condições de uso pelas crianças atendidas pela Escola de Jongo.

Em breve o Sisejufe lançará uma campanha de doação com base na Lei Rouanet que será anunciada em sua página na Internet.

*Da Redação.

Manifestações inc



Texto e Fotos: Raquel Carlucho*

Após várias manifestações em todo o país que aconteceram no mês de junho, a sociedade brasileira mostrou que estava insatisfeita e levou sua indignação para as ruas. No tempo de duas semanas o movimento - que começou contra o aumento das passagens de ônibus em algumas capitais, ecoou para as diversas insatisfações da população em geral, com diferentes pautas, dos mais diversos segmentos -, obteve resposta, mesmo que não satisfatórias porque não imediatas.

Mesmo sendo um movimento de articulação difusa que, apesar da participação de segmentos organizados, trouxe em sua maioria participantes que aderiram de forma espontânea a grande chamada nas redes sociais. Com pauta ampla, que, além da reivindicação inicial, incorporou outras na medida em que avoava: “Mais Saúde, Educação e Segurança”; “Qualidade no sistema de transportes públicos”; “Políticas de sustentabilidade e respeito ao Meio Ambiente” dividiam espaço com palavras de ordem tais como “Pelo fim da corrupção” e “Contra PEC 37” (que foi entendida como a vedação ao direito de investigação do Ministério Público e acabou no Congresso Nacional). A “Garantia

E no Rio não foi diferente. Através das redes sociais a mobilização tomou conta de vários pontos da capital e do interior do estado

do direito de ir e vir”; de “Livre manifestação; a saída do presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Marcos Feliciano (PSC-SP); “Fora Renan” também constavam nos cartazes e faixas carregados por estudantes, trabalhadores e populares.

O Movimento Passe Livre

(MPL – contra o aumento das passagens em todo o país) tornou-se gigante após a repressão da polícia aos manifestantes em diversos estados, em atos que questionavam, também, os investimentos feitos pelos governos para a Copa do Mundo a ser realizada no Brasil, em 2014.

entendeiam o país

O despreparo e a violência desmedida das polícias, somados à omissão e à falta de diálogo por parte de governos, foi o fermento que aumentou o movimento



O despreparo e a violência desmedida das polícias, somados à omissão e à falta de diálogo por parte de governos, e o uso da rede social como espaço organizativo e disseminador, foram o fermento que aumentou não somente na cidade do Rio, como em todo país, o movimento, como não acontecia desde as “Diretas Já”.

Dilma retoma a agenda política

A presidenta Dilma Rousseff em seu pronunciamento oficial na noite de 24 de junho afirmou que seriam tomadas providências, com as quais forçaria o Congresso Nacional, em ato contínuo, a deliberar alguns pontos políticos de sua pauta, tais como a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que privilegie

o transporte coletivo; a destinação de 100% dos royalties do petróleo para a educação; a convocação de Plebiscito para a Reforma Política (que provavelmente ocorrerá em 2014 e as regras valerão para 2016); a imediata recepção de médicos do exterior para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e que a Lei de Acesso à Informa-

ção, sancionada no seu governo, deveria ser ampliada para todos os poderes da República e instâncias federativas.

Redução das passagens

Com as manifestações em todo o país, algumas cidades reduziram os preços das passagens dos transportes coletivos: João Pessoa, Recife, Cuiabá, Porto Alegre, Pelotas (RS), Montes Claros (MG) e Foz de Iguaçu (PR), Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo entre outras. As reduções variam de R\$ 0,05 a R\$ 0,15 no valor das tarifas. Os governantes reduziram impostos para baixar os valores.

Sisejufe mobiliza sua base

A diretoria do Sisejufe juntamente com seus sindicalizados participaram das manifestações nos dias 13, 17 e 20 de junho. O trabalho pela Campanha Salarial 2013, em conjunto com as centrais sindicais que deliberaram por uma ação unificada de negociação com o governo.



Base e direção da categoria estão na luta pela campanha salarial unificada por um Brasil melhor

*Da Redação.

O gigante acordou. E agora?



Textos e Fotos de
Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá
(MediaQuatro – <http://www.media-quatro.com>)

O Brasil está numa encruzilhada entre a possibilidade de um golpe de direita gestado na mídia e no Judiciário; e o aprofundamento da democracia participativa com o fortalecimento das ideias de esquerda. Cabe a nós disputar o discurso nas redes e nas ruas para garantirmos, em 2014, a voz das urnas

Junho de 2013 é um mês que não será esquecido tão cedo. Pela primeira vez desde a campanha pelo *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, centenas de milhares de pessoas foram (e algumas continuam indo) às ruas gritar por direitos, por projetos, protestar contra uma infinidade de fatos e apoiar causas das quais muitas vezes não têm a mínima informação. Os grupos que iniciaram esses protestos, como o Movimento Passe Livre (MPL), perderam rapidamente o controle e o rumo das massas. Percebendo a chance de aproveitar as passeatas para desgastar o Governo Federal, a grande mídia muda radicalmente seu discurso (literalmente do dia para a noite) e propaganda bandeiras

ras mais do que suspeitas, de modo a contemplar interesses específicos e diluir tudo mais numa pauta infinita de reivindicações abstratas.

Jornais, revistas e tevês usam todo o seu conhecimento sobre o funcionamento da Indústria Cultural, construído ao longo de mais de 100 anos, para introduzir, como gritos de guerra, *slogans* vazios retirados de propagandas comerciais como “o gigante acordou” (Johnny Walker – “estranhamente” semelhante às palavras de ordem evocadas na fática Marcha da Família com Deus

pela Liberdade, de 1964) e “Vem pra rua” (Fiat). Ato contínuo, policiais à paisana e grupos de extrema direita, como *skinheads*, se infiltram nas manifestações incitando atos de vandalismo de jovens pobres sedentos por adrenalina e expulsando, com grande violência, ativistas de partidos de esquerda que nunca dormiram ou saíram das ruas. As bases para um golpe jurídico/midiático no estilo dos realizados recentemente no Paraguai e Honduras estão lançadas, sob os aplausos de uma oposição sem projeto, apelo ou apoio popular. Mas, num

gesto de argúcia política, a presidenta Dilma Rousseff vira o jogo em dois discursos e uma série de reuniões com movimentos e partidos, usando a vontade de participação direta da população na política para impulsar projetos discutidos sem resultado há décadas no Congresso Nacional.

Uma coisa não se pode negar aos meninos do MPL: eles trouxeram de volta às ruas e às redes o ato de discutir política, um tema quase tabu até ontem, mesmo nas mesas de bar. E, ainda mais incrível, no meio de um torneio mundial de

Uma coisa não se pode negar aos meninos do MPL: eles trouxeram de volta às ruas e às redes o ato de discutir política, um tema quase tabu até ontem, mesmo nas mesas de bar



Manifestantes ocupam ruas, praças e viadutos

futebol vencido por um bom time brasileiro, como há décadas não se via. Isso não é pouco se pensarmos que a moçada, especialmente da “nova classe média”, cresceu ouvindo dizer que somente Carnaval e futebol unem o Brasil; que todo político é ladrão e que não existe mais esquerda e direita. Por isso vídeos simples e diretos, como o do PC Siqueira (<http://www.youtube.com/watch?v=UivDtWb7K48>) são fundamentais para explicar conceitos básicos que a maioria não aprendeu na escola e que muitos não discutem nas universidades privadas que os preparam “para o trabalho” e não para a cidadania.

Do virtual para a realidade

Os “memes” de Internet, como o vídeo citado, sátiras, cartuns e outras formas de expressão de ideias na rede fazem parte da cultura dessa juventude e a impulsionou para além das telas, alcançando as praças e avenidas. Obviamente, a indústria do Marketing descobriu seu potencial de mobilização (pela vertente do consumo) antes dos cientistas políticos. Um exemplo do ativismo que

saiu do Facebook e influiu decisivamente na política real foi o evento “Amor Sim, Russomano Não”, que ajudou a desmascarar uma candidatura de direita apoiada pela Igreja Evangélica, que queria transformar cidadãos em “consumidores de serviços públicos”. As festas na Praça Roosevelt, rebatizada Praça Rosa, com mais de 20 mil pessoas, apesar de “apartidárias”, empurraram o candidato do PT, Fernando Haddad, à vitória nas eleições para prefeito de São Paulo. As tentativas do PSDB em criar seus próprios eventos nos mesmos moldes não conseguiram juntar mais do que 200 apoiadores na praça. Assim, o território virtual segue numa imensa disputa pelos corações e mentes das novas gerações.

A tomada das ruas por centenas de milhares de pessoas, contudo, não pode ser atribuída exclusivamente às redes sociais. O conhecido e longamente estudado papel dos oligopólios dos meios de comunicação de massa no imaginário e nas ações das populações tem se destacado mais uma vez. O claro ponto de inflexão foi a semana de 10 de junho, quan-



Polícia impede a entrada de manifestantes no Parque Dom Pedro



Na TV Globo e nos jornais Folha e Estadão, editoriais exigindo da polícia e dos governos “medidas enérgicas” para devolver aos cidadãos de bem o “direito de ir e vir”

do a Veja São Paulo trazia que “a cidade” “pagava o pato” pelas manifestações, Arnaldo Jabor chamava os manifestantes de criminosos. Na TV Globo e nos jornais Folha e Estadão, editoriais exigindo da polícia e dos governos “medidas enérgicas” para devolver aos cidadãos de bem o “direito de ir e vir”, com seus carros. Seu enclave simbólico era a avenida Paulista, que não podia ter o tráfego interrompido devido aos diversos hospitais na região. Depois de segunda, 17 de junho, a via foi fechada praticamente todas as noites, sem que se saiba notícia de um único paciente em ambulância que tenha morrido por causa disso.

A esquerda organizada sempre esteve presente nos movimentos sociais e nas ruas, sem, no entanto, conseguir contagiar as “massas” depois da redemocratização. E quando conseguia números expressivos de

participação popular em marchas que cortaram o país, normalmente era reprimida e jamais devidamente representada nos telejornais. Vereadores e deputados do Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, sofreram o mesmo peso da PM e da Guarda Civil Metropolitana, com bombas de gás e balas de borracha, ombro a ombro com integrantes do MPL quando o ex-prefeito Gilberto Kassab (sucessor de José Serra) aumentou as tarifas de ônibus acima da inflação em 2011. Obviamente isso não saiu no Jornal Nacional, da Rede Globo. Mas quando o governador Geraldo Alckmin, do PSDB, manda no dia 13 a Cavalaria, a Tropa de Choque e os batalhões do Tático Móvel e Rocam lançarem sua violência indistintamente contra manifestantes, transeuntes e até contra a grande mídia, ferindo vários jornalistas da Folha de S.

Paulo, a coisa mudou de figura. É impagável a cena do âncora da Band, Boris Casoy, que teria perentendo, no final dos anos 1960, ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) da Universidade Mackenzie, tendo de admitir, com voz trêmula, que a polícia atirou primeiro e usou força excessiva.

Mídia detém a agenda e a pauta política

Sem condição de segurar a torrente de vídeos e fotos da violência policial, a imprensa muda de estra-

tégia. As manifestações passam a ser retratadas como grandes contingentes cívicos, pintados de verde e amarelo, tentando segurar pequenos grupos de vândalos desordeiros, esses sim merecedores de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Ao mesmo tempo, a pauta muda. Já não se trata mais dos preços das passagens e da repressão oficial que continua a matar nas periferias, mas “contra tudo o que está aí”, “tanta coisa que não cabe num cartaz”, brasileiros patriotas contra os “desmandos” e a “corrupção” do governo, especialmente o Federal. Arnaldo Jabor pede desculpas na CBN por chamar os manifestantes de criminosos para emendar que a causa “real” dos protestos é a insatisfação geral com os governantes e, vejam só, a “inflação”.

Entre todas as pautas oportunistas, no entanto, a escolhida como primeira grande meta é a derrubada, no Congresso, da Proposta de Emenda Constitucional número 37, a PEC37, que regulamentaria as atividades do Ministério Público. Chamada maliciosamente de “PEC da Impunidade”, era apresentada como o fim das investigações sobre políticos corruptos. Nenhum grande meio de comunicação disse à população que os partidos contrários à proposta, especialmente DEM e PSDB, estavam entre os três (junto com o PMDB) que tiveram mais parlamentares casados por corrupção nesse século.



Com o apoio da imprensa, protestos isolados tornam-se catárticos, arregimentando centenas de milhares de pessoas que gritam contra os partidos e levantam bandeiras fascistas que incluem a volta dos militares ao poder



Negociação entre manifestantes e polícia

Não houve qualquer tipo de discussão ou debate mais profundo sobre o tema, mas em questão de horas dezenas de milhares de cartazes bem feitos, laminados em plástico, e grandes faixas “plotadas” em material nobre foram distribuídos entre os manifestantes de Norte a Sul do Brasil. Ninguém disse quem pagou por isso, mas as tevês fizeram questão de mostrar a “reivindicação cívica da população” em seus noticiários e nas bocas dos comentaristas. Pressionado pela mídia, o Congresso votou em peso contra a proposta.

Com o apoio da imprensa, protestos isolados tornam-se catárticos, arregimentando centenas de milhares de pessoas que gritam contra os partidos e levantam bandeiras fascistas que incluem a volta dos militares ao poder, a diminuição da maioria penal, a pena de morte, a criminalização do aborto... A eles se somam cartazes contra a importação de médicos estrangeiros, por hospitais com “padrão FIFA”, contra o “Ato Médico”, por mais Saúde e Educação, contra o pastor/deputado Marcos Feliciano, pela liberação da maconha, contra a Copa do Mundo, pela prisão dos “mensaleiros”, contra a Usina de Belo Monte, pelo *impeachment* da presidenta e uma infinidade de outras. É importante notar, contudo, que os oligopólios midiáticos, assim

como a esquerda, não têm controle sobre temas, tamanho o impacto real das manifestações.

A retomada da pauta

Diferentemente do resto do Mundo, em que os meios de comunicação de massa unidirecionais produzem um “efeito manada”, a seu bel prazer, na sociedade em redes de comunicação em que vivemos, o melhor termo para o que ocorre é o *swarming*, ou, em português, “enxameamento”. As ideias se reúnem em grupos como enxames de abelhas, que apesar de terem comportamento semelhantes agem separadamente, com objetivos próprios.

Assim, entender o funcionamento e as dinâmicas de uma população conectada via Internet, e usar as mesmas ferramentas, é fundamental. Nesse sentido é temeroso o pouco e burocrático uso de canais como o Blog do Planalto e o Twitter da Dilma, que poderiam ter servido de boa ponte direta com a população e com coletivos que iniciaram os protestos. Pior, somente a falta de regulamentação dos meios de comunicação, cujas propostas objetivas, sistematizadas nos principais municípios e todos os estados brasileiros no processo da Confecom, em 2009, seguem, sequestradas, na gaveta do ministro Paulo Bernardo. O político, aliás, bem no meio de junho, concedeu longa entrevista à revista *Veja*, balu-



Agências bancárias são depredadas

arte da imprensa de extrema direita, em que é chamado de “bom petista” ao afirmar que o PT tem “obsessão de

cenurar a imprensa” e ao endossar a visão de que “os manifestantes estão protestando contra tudo”.

Um aperitivo da batalha midiática que está por vir pode ser visto na virada de junho para julho, com os jornais e revistas de circulação nacional decretando o fim do mandato de Dilma e imensas quedas na sua popularidade, ameaçando a reeleição em 2014

Vendo o perigo para o país e para o seu governo, a presidenta Dilma, por outro lado, decide falar diretamente com a população em um pronunciamento em rede nacional na noite de 21 de junho. Ela tenta contemporizar com os mais diversos setores e, até certo ponto, aceita a pauta “contra tudo” ditada pela mídia, citando a corrupção, as necessidades de melhorias na Educação e na Saúde e as “minorias truculentas”. Não deixa de falar, contudo, da história de luta pela democracia no país “para que a voz das ruas fosse ouvida”. E aí ela dá os informes essenciais: o anúncio de um pacto pela Mobilidade Urbana (para atacar a primeira e mais objetiva reivindicação dos protestos); a pressão para a aprovação, no Congresso, de 100% dos royalties do petróleo para a Educação; a “importação”

de médicos para atender melhor a população; e a disponibilidade de receber pessoalmente os representantes dos movimentos organizados, sindicalistas e políticos.

De fato, na segunda, 24, ela recebe todos os governadores e prefeitos das capitais para lançar na mesa uma proposta que pode realmente mudar o Brasil: um plebiscito sobre a Reforma Política que o Congresso, por seus interesses corporativos, não conseguiu votar nos últimos 30 anos. É um gesto político digno de uma grande estadista e que, segundo o especialista em sociedades em rede, o espanhol Manuel Castells, a separa de outros governantes por ser “a primeira líder mundial que presta atenção, que ouve as demandas de pessoas nas ruas”. Mais do que isso, a presidenta levou a oposição, que não poderia dar o braço a torcer, a dizer que consulta popular é antidemocrático. Depois de sentar com representantes do MPL e outros movimentos sociais, de receber os líderes das centrais sindicais e dos partidos aliados, Dilma viu, ainda, a oposição “tão democrática” se recusar a dialogar alegando que o convite foi feito muito em cima da hora.

Melhor do que isso, só se também estivessem na pauta mais visível as questões da violência policial e da democratização dos meios de comunicação. Ambas afetam diariamente a vida de milhões de brasileiros fora da elite econômica. A segunda, no entanto, seria de enorme ajuda nos próximos meses, para desfazer as mentiras disseminadas pela grande mídia. A disputa pela narrativa em torno da Reforma Política e da situação do Brasil e dos brasileiros será brutal. Um aperitivo da batalha



midiática que está por vir pode ser visto na virada de junho para julho, com os jornais e revistas de circulação nacional decretando o fim do mandato de Dilma e imensas quedas na sua popularidade, ameaçando a reeleição em 2014.

Os dados, contudo, continuam rolando. Se o plebiscito de fato ocorrer ainda esse ano, e para isso temos de ir às ruas e às redes para pressionar o Legislativo e o Judiciário, será uma oportunidade ímpar de atacar a principal fonte de corrupção política: o financiamento privado de campanhas. A partir daí haverá uma nova correlação de forças dentro do Congresso, com políticos, de todos os partidos, menos atrelados aos poderes econômicos. Com isso, todas as outras pautas tradicionais da esquerda brasileira, como a Reforma Agrária, a Democratização dos Meios de Comunicação, os Orçamentos Participativos, a melhor distribuição de renda, a questão da violência policial, a Reforma Urbana, o direito ao Transporte, à Saúde e à Educação gratuitos, a igualdade de gê-

neros, a memória histórica e punição dos crimes da ditadura, entre outras, poderão ser debatidas com muito mais transparência e democracia.

Junho acabou com o embate político empatado. Não houve um golpe rápido como no Paraguai, mas sua possibilidade ainda não pode ser ignorada. Sem dúvida a imagem da presidenta, e de todos os outros políticos, sofreu algum arranhão. Se bem que é cedo para a oposição “cantar vitória” e Dilma já havia demonstrado que responde melhor sob pressão. O MPL “entornou a garrafa” e já não importa “chorar sobre o leite derramado”. É hora dos verdadeiros democratas buscarem, nas ruas e nas redes, ouvir e falar com a massa dos brasileiros para impulsionar, também nas ruas e nas redes, as pautas que verdadeiramente interessam à maior parte da população. Para isso, temos de ser mais ágeis e criativos do que os detentores dos grandes veículos de comunicação, usando melhor do que eles os meios que nos restam: os digitais e o bom e velho boca a boca.



Invasões e pixações de prédios públicos

O dia a dia das manifestações em São Paulo

06/07 – Primeiro grande ato do Movimento Passe Livre (MPL) esse ano em São Paulo. Cerca de cinco mil manifestantes saem do Centro e são reprimidos com violência pela polícia com balas de borracha e bombas de gás. As depredações na região da avenida Paulista somente ocorrem depois de uma segunda leva de bombas e do início das detenções;

07/07 – Cerca de sete mil pessoas se reúnem no Largo da Batata, em Pinheiros. A passeata que ia pela avenida Faria Lima é desviada para a Marginal Pinheiros, na qual a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) fecha a pista local. Longe de todos a Tropa de Choque lança mais de dez bombas no meio dos manifestantes sem qualquer provocação. Dispersada a massa, depois de duas horas, 500 pessoas chegam à Paulista e negociam com o comando da Polícia Militar a caminhada final até o Museu de Artes de São Paulo (Masp), sem novos enfrentamentos;

08/07 – Uma manifestação diferente. Mais de 15 mil pessoas marcham pacificamente pela Paulista, Augusta, Consolação até a Praça da República pela liberalização da maconha. Apenas uma pessoa foi detida por posse de um “baseado”. Apesar das borrachadas da PM, não houve conflito e a marcha segue com shows de música até tarde da noite. Não há quase repercussão na mídia;

11/07 – Nova passeata pelo Passe Livre, dessa vez saindo da esquina da Consolação com a Paulista, sob intensa chuva. Ao chegar no Terminal Parque Dom Pedro, a polícia impede a entrada dos manifestantes que chegam a depredar alguns ônibus. Sozinho na frente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, um PM tenta prender um rapaz que pichava o prédio e é agredido. As cenas são apresentadas em todos os jornais no dia seguinte como prova da violência dos manifestantes;



Manifestantes no Largo da Batalha, Pinheiro, em São Paulo

13/07 – Editoriais dos principais jornais do estado pedem a repressão ao movimento e a liberação das vias para o tráfego. PM, Tropa de Choque e Cavalaria fecham as estações de Metrô e a circulação da Paulista por mais de três horas. Ainda na Consolação, manifestantes, jornalistas e transeuntes são alvo de tiros de bala de borracha e bombas de gás lacrimogêneo. Pelo menos 15 jornalistas ficam feridos e centenas de cidadãos são detidos por portarem máscaras, lenços, vinagre, etc. As cenas de selvageria da polícia obrigam os meios de comunicação de massa a mudarem seu comportamento;

17/07 – Mais de 300 mil pessoas ocupam pacificamente, por horas, importantes vias da cidade. Com atuação discreta da polícia, não há qualquer tipo de violência ou depredação, nem ao menos pichação. Começam a aparecer cartazes e faixas contra a PEC-37. Grupos infiltrados gritam palavras de ordem contra os partidos e autoridades políticas federais e conseguem dividir a passeata em quatro frentes distantes, ocupando as avenidas Faria Lima, Paulista, Berrini e as duas pontes que servem de cenário para os jornais paulistas da Rede Globo.

Um grupo menor vai ao Palácio dos Bandeirantes e tenta entrar na sede do Governo do Estado;

18/07 – Os “manifestantes pacíficos” começam a ser diferenciados na grande mídia de “pequenos grupos de vândalos e baderneiros”. Aparentemente incitados por policiais à paisana, alguns jovens jogam pedras na sede da Prefeitura, tentam invadir o prédio e queimam um carro de reportagem da TV Record. A maior parte dos manifestantes segue para a avenida Paulista. Completamente abandonado pelos policiais, o Centro da cidade tem postos da polícia queimados, muros pichados, bancos e lojas saqueados e destruídos. No auge das depredações, alguém coloca fogo numa agência bancária sob um prédio ocupado por centenas de militantes sem-teto. Já perto das 23h, a Tropa de Choque finalmente aparece para mostrar os músculos e “passar o pente fino” na região já vazia;

20/07 – A vitória dos “coxinhas”. A imprensa noticia 100 mil pessoas, mas cerca de 50 mil tomam novamente a avenida Paulista. Grupos com bandeiras de partidos políticos são agredidos e rechaçados como “proveitadores oportunistas”.

Faixas e cartazes caros e bem feitos contra a PEC-37 se espelham rapidamente. Gritos e ordem contra o PT e o Governo Federal se somam a pautas que vão desde controle de gastos com a Copa do Mundo, até o combate à corrupção e a cassação de parlamentares. Os luminosos do prédio da Federação das Indústrias de São Paulo acendem em verde e amarelo com as formas da bandeira enquanto pessoas com nariz de palhaço e máscara de V de Vingança cantam o Hino Nacional. O MPL decide não chamar mais passeatas por causa da infiltração de grupos de extrema direita. A partir daí, manifestações as mais variadas, reunindo de poucas dezenas até alguns milhares, têm fechado a Paulista praticamente todos os dias. Os maiores enfrentamentos migram para as cidades-sede da Copa das Confederações. Passeatas menores e mais focadas (como as ocorridas na manhã de 25/07 nos extremos Sul e Leste da cidade, principalmente contra a violência policial) fecham ruas e estradas na Região Metropolitana e nas cidades do interior. A Tropa de Choque com suas balas de borracha, contudo, volta a fazer o de sempre: garantir o sagrado direito de propriedade em violentas reintegrações de posse decididas pela Justiça.

Enfrentando o preconceito

Raquel Carlucho*

Depois do grande desgaste do Projeto de Lei 234/2011, que tinha o objetivo de fazer sustar a aplicação do Parágrafo Único do Artigo 3º e do Artigo 4º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99, de 23/03/1999, estabelecendo normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, ficando conhecido como o PL da “Cura gay”, elaborado pelo presidente da Frente Parlamentar Evangélica, deputado João Campos (PSDB/GO) que, sem apoio do próprio PSDB e pressionado pelas manifestações de ruas, foi retirado de tramitação. Como a proposta foi aprovada pela Comissão dos Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara Federal, presidida pelo deputado Marco Feliciano (PSC/SP), há dúvidas se o projeto será simplesmente retirado de tramitação, por solicitação do autor, ou se o plenário terá de ratificar a decisão.

Na contramão do pensamento e de ações com interesses políticos e religiosos, de cunho conservador, explicitados no parlamento brasileiro por projetos de lei tal qual o PL 234/2011, a sociedade, há muito se organiza no sentido de resguardar direitos humanos e civis de segmentos tidos como minorias, no Brasil. É o caso do Programa Estadual Rio sem Homofobia e da Comissão Estadual de Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro.

Rio sem Homofobia

Cláudio Nascimento, coordenador do Programa Estadual Rio sem Homofobia, da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos



Foto: Divulgação

Cláudio Nascimento: “Lei representará um retrocesso.”

e Difusos, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) afirma que “se aprovada, essa lei representará um grande retrocesso, uma vez que, desde a década de 1970, a homossexualidade foi ‘despatologizada’ pelas associações internacionais de Psicologia e Psiquiatria”.

Segundo o ativista das causas de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (GLBT) e dos Direitos Humanos, que foi um dos pioneiros, no Brasil, a lutar pela união civil entre pessoas do mesmo sexo, em 17 de maio de 1990, foi retirado da Classificação Internacional de Doenças (CID), pela Assembleia Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), o código 302.0 - que classificava a homossexualidade como transtorno mental - “quando se deixou de considerar orientações sexuais diferentes da heterossexualidade como doença”. Nascimento ainda afirma que “a tentativa de tratamento que visa a cura da homossexualidade está embasada em pontos

de vista unilaterais, que não possuem fundamento teórico e científico, destoando do que tem sido defendido por essas entidades internacionais e organizações científicas”.

Cláudio Nascimento avalia que a situação de discriminação e violência, no Brasil, contra LGBT tem se agravado com assassinatos e crimes de ódio, suicídio de jovens LGBT, entre outros e a aprovação do PL 234/2011 contribui para a agudização dessa realidade. No estado do Rio de Janeiro, o Programa Estadual Rio Sem Homofobia possui dois serviços para orientar e apoiar a população LGBT em situação de discriminação e de pressão para aderir o “tratamento” da “cura gay”: o Disque Cidadania LGBT 0800-0234567 e os quatro Centros de Cidadania LGBT, localizados nas cidades do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Friburgo e Niterói.

A Comissão Estadual de Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro lançou,

no início de julho, uma campanha nacional contra o projeto da chamada “Cura gay”, em todos os estados brasileiros. Raquel Castro, advogada, membro da comissão da OAB-RJ, anuncia que foi elaborada uma carta de repúdio por integrantes das OAB de todo o país a ser enviada à Câmara dos Deputados pela retirada definitiva do PL 234/2011.

Rio celebra o Dia Mundial do Orgulho LGBT

Cerca de 1.500 ativistas da causa GLBT estiveram reunidos no Centro do Rio, na sexta-feira, 28 de junho, para um ato em homenagem ao Dia Mundial do Orgulho LGBT, comemorado naquele dia. Concentrados na Praça da Candelária, saíram pela avenida Rio Branco em direção à Cinelândia. O grupo também protestou contra a chamada “Cura gay”, Projeto de Lei aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados que, recentemente, foi retirado de tramitação por seu autor, o deputado

Reato pela opção sexual

do PSDB/GO, João Campos. Além disso, os manifestantes denunciaram o crescente aumento da violência contra homossexuais registrados no estado.

Com faixas e cartazes que pediam a aprovação de projetos de lei que criminalizam a homofobia e punem estabelecimentos e agentes públicos que façam discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero, a passeata seguiu sem nenhum incidente.

No dia 28 de junho, o Governo Federal lançou o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Gays, Lésbicas Bissexuais, Travestis e Transexuais. Segundo relatório divulgado pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, somente no ano passado foram registradas 3.084 denúncias de violência contra homossexuais,

bissexuais, travestis e transexuais; e mais de 9,9 mil violações de direitos relacionados à população LGBT. A estatística envolve 4,8 mil vítimas e 4,7 mil acusados.

A vida como ela é

Ideias em Revista entrevistou a carioca Adriana Alves e a pernambucana Ana Carla Silva, ambas trabalhadoras e moradoras do Rio de Janeiro, que formam um “casal” em uma relação de união civil. Em seus relatos surge o fato do sofrimento imposto pelo preconceito, mas, também, as atitudes que as fazem administrar a relação do mesmo sexo diante de uma sociedade que lhes impõe regras tidas como conservadoras.

Adriana Alves, de 36 anos, conta que desde pequena soltava pipa e gostava de brincar com meninos em tempos nos quais, segundo ela, que

para a maioria da sociedade o normal seria que meninos brincassem de bola e, meninas, com bonecas. Porém, em seu caso, como não se adaptou a tal realidade, sempre buscou outro entendimento quanto à sua relação e opção sexual.

Adriana avalia que, atualmente, sofra menos com o preconceito, mas afirma, no entanto, que o mesmo “existe desde sempre”, expondo que “até para conseguir um emprego essa questão sempre foi levada em consideração” e, no seu caso, “foi o estudo quem fez a diferença”, proporcionando-lhe a sua contratação em uma empresa na qual atua há mais de 13 anos. Ela afirma, também, que sua família sempre aceitou com naturalidade a sua escolha e a apoia em todas as situações. Quando questionada sobre ter filhos, Adriana informa que já conta com os filhos de sua companheira e os

trata como se seus fossem, mesmo que não resida na mesmo local no qual mora Ana Carla.

Para Adriana a aprovação parcial do PL da “Cura gay” é uma afronta à sociedade como um todo porque fere princípios básicos de cidadania e de solidariedade: “não sou uma pessoa doente. Aliás, sou muito bem resolvida, saudável e pago minhas contas com o produto de meu trabalho. O deputado Marco Feliciano, assim como seu colega João Campos, não me representam”.

Já Ana Carla Silva, 30 anos, informa que sofre com o preconceito de sua própria família e que teve uma educação nos padrões conservadores, impostos pela sociedade. Ana Carla foi casada e dois filhos, e aponta que “quando descobri esse outro lado, me senti feliz, completa em uma relação na qual não existe desconfiança e nem desrespeito. Hoje, posso afirmar que sou uma mulher realizada. Tenho certeza do que eu quero para minha vida e estou em um momento maravilhoso ao lado de quem me ama e me respeita”.

Quanto ao PL 234/2011, Ana Carla diz lamentar que representantes da sociedade (parlamentares) “tratem as pessoas que não optam por seguir suas regras como doentes. Não sou doente. Sou bem resolvida e não há remédio para opção que fiz. Isso é imoral!” Além de seu posicionamento frente ao preconceito, Ana Clara informa que “como boas brasileiras estamos participando de todas as manifestações, tanto em passeatas quanto com o envio de e-mails, cartas entre outras pelas redes sociais, buscando o apoio junto aos grupos que discutem esses temas para ficar atualizada”.

Foto: Raquel Carlucho



Ana Carla e Adriana: relação de união civil

*Da Redação.

Reforma política: contri

Em carta enviada à presidente Dilma Rousseff, na terça-feira, 2 de julho, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas de Moraes, propõe questões essenciais para a decisão do povo brasileiro, entre elas, o fim do financiamento eleitoral por empresas privadas, o combate à corrupção tornando-a crime inafiançável e o fim do Senado Federal.

Eis a carta na íntegra:

Reforma Política: fortalecimento e aperfeiçoamento da democracia direta e participativa

A Central Única dos Trabalhadores congratula a iniciativa de vossa Excelência Dilma Rousseff, presidente da República, de propor “um debate sobre a convocação de um plebiscito que autorize o funcionamento de um processo constituinte específico para fazer a reforma política de que o país necessita”. Como consta das Resoluções do 11º Congresso Nacional da CUT (julho de 2012), “a CUT constata que a relação de forças no atual Congresso Nacional bloqueou até mesmo a tímida reforma eleitoral que se discutia, o que coloca em pauta a questão da convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana que dê a palavra ao povo brasileiro, como instrumento que supere os obstáculos levantados pela classe dominante a qualquer transformação de fundo no nosso país. A CUT, ao defender uma reforma política alternativa à democracia parlamentar e corporativa e, ao questionar a hegemonia da economia privada ou mista, defende uma nova relação entre transformação política e econômica”.

Em nossa plataforma, aprovada há um ano, reafirmamos a necessidade de uma Reforma Política

ampla e profunda, que contemple o aperfeiçoamento da democracia representativa e o fortalecimento da democracia participativa do povo brasileiro. Esse é o desejo inequívoco demonstrado nas recentes manifestações populares e em recentes pesquisas de opinião. São itens indispensáveis para isso:

- 1 - Fim do financiamento privado das campanhas eleitorais, que macula indelevelmente o processo eleitoral, e que é fonte importante de corrupção;
- 2 - Voto proporcional em lista partidária, com alternância de sexo, definidas em convenções partidárias democráticas e transparentes, a partir de critérios públicos;
- 3 - Fidelidade partidária e programática;
- 4 - Diminuição do número de assinaturas para projetos de iniciativa popular e mecanismos de facilitação de coleta;
- 5 - Tramitação diferenciada e prioritária dos projetos de lei de iniciativa popular;
- 6 - Inclusão de mecanismos para a democratização do Poder Judiciário e impedimento de judicialização dos conflitos;
- 7 - Combate à corrupção tornando-a crime inafiançável;
- 8 - Fim da imunidade parlamentar para crimes penais e de corrupção;
- 9 - Fim do Senado;
- 10 - Proporcionalidade de representação dos Estados da Federação;
- 11 - Eliminação de cláusulas de barreira;
- 12 - Institucionalização do caráter deliberativo das Conferências de políticas públicas e dos Conselhos Nacionais;
- 13 - Estabelecimento de limite mínimo de 18 anos de idade para concorrer a cargos eletivos, permitindo uma saudável e necessária renovação geracional.

Tais propostas pressupõem um



Sisejufe: participação massiva nas manifestações do “Brasil rebelde”

fórum constituinte novo, especificamente eleito para essa finalidade, tendo em vista a comprovada incapacidade de o atual Congresso Nacional levar a cabo qualquer reforma política ampla e profunda. O Brasil está mudando; é preciso aproveitar a oportunidade para consolidar novas formas de organizar a sociedade e o Estado. O Brasil necessita de reformas estruturais de caráter democrático e popular, estruturadas em processos de democracia direta e participativa, na construção de um novo marco ético-político. A reforma política é caminho essencial para aperfeiçoar as relações entre Estado e sociedade e solucionar os graves problemas enfrentados pelos poderes constituídos.

Plebiscito ou Referendo

No entanto, na eventual impossibilidade de um processo constituinte específico, tendo em vista as alternativas colocadas pelos diversos partidos políticos, agentes

sociais e governamentais, como o plebiscito e o referendo, acreditamos que a proposta de referendo não se coaduna com a vontade de participação e de mudança política expressa pelas ruas. Referendo é apenas um sim ou não a propostas previamente aprovadas por um Congresso Nacional que se mostrou incapaz, até o momento, de viabilizar essa transformação da política brasileira. O povo brasileiro quer participar mais ativamente dos rumos da vida política nacional, como demonstrado, e, diante dessas duas alternativas, o Plebiscito pode ser um mecanismo possível, neste momento, de dar voz ao povo que quer mudanças na vida política nacional, na representação política no Congresso Nacional e no comportamento dos parlamentares e políticos eleitos.

Desta maneira, uma vez convocado o Plebiscito, cremos serem essenciais as seguintes questões para decisão do povo brasileiro:

atribuições da CUT

Foto: Raquel Carlucho



O financiamento eleitoral é central no modelo eleitoral brasileiro, pois conta majoritariamente com recursos privados, de pessoas físicas e jurídicas – cerca de 90% – e com recursos do fundo partidários

te, observando-se critérios para o acesso aos recursos, como a densidade eleitoral dos partidos, e igualmente divididos entre homens e mulheres.

Voto proporcional em lista partidária, com alternância entre homens e mulheres, definidas em convenções partidárias democráticas e transparentes, a partir de critérios tornados públicos. O voto proporcional e nominal do atual sistema, no qual o voto direto em um candidato soma-se à quantidade de votos do partido e/ou coligação e, ao final, a proporcionalidade de votos válidos de cada partido/coligação para fins de fixação do número de vagas, distorce a composição dos legislativos e consequentemente a representatividade. É assim que partidos com baixa representatividade na sociedade ampliam o seu número de cadeiras nos legislativos, a partir da votação massiva nos chamados “puxadores de votos”, por vezes sem a necessária identificação e comprometimento partidário. Ou seja, permite a figura do “partido de aluguel”, em que troca-se de partido como quem troca de roupa, o que não é admissível numa democracia.

A pessoa eleita tem que comprometer-se com um ideário, com o qual seus eleitores se identificaram e por isso nele votaram. A lista partidária,

definida em convenções partidárias democráticas e transparentes, a partir de critérios tornados públicos, favorece a fidelidade partidária e programática, evitando-se a troca de partidos por interesses privados ou pessoais. De um lado favorece a formação de partidos mais sólidos e comprometidos com projetos e propostas e, de outro, democratiza as relações partidárias internas, evitando a burocratização das direções partidárias, com critérios de definição de listas públicos e transparentes.

Diminuição do número de assinaturas para projetos

de iniciativa popular e tramitação diferenciada e prioritária dos projetos de lei de iniciativa popular

O país demonstrou nas últimas semanas sua vontade de construir o protagonismo popular na construção das políticas públicas e na definição de rumos. É preciso, portanto, criar mecanismos que favoreçam os projetos de lei de iniciativa popular, aproximando o povo das casas legislativas.

Fim do Senado

O sistema atual, bicameral, em que ao Senado compete o papel revisor em relação aos projetos iniciados na Câmara de Deputados, agrava a ausência de proporcionalidade e sobrevaloriza o papel do Senado na produção legislativa. O Senado, assim, acaba por apropriar-se de prerrogativas da Câmara, aumentando o seu poder. O modelo, ao contrário de preservar o equilíbrio federativo, tende a subvertê-lo, afastando-se ainda mais das questões que interessam a população.

Foto: Paula Brandão/Secom-CUT



Cental Única dos Trabalhadores na direção combativa dos trabalhadores

Fim do financiamento eleitoral por empresas privadas

O financiamento eleitoral é central no modelo eleitoral brasileiro, pois conta majoritariamente com recursos privados, de pessoas físicas e jurídicas – cerca de 90% – e com recursos do fundo partidário. Grandes empresas e conglomerados econômicos injetam valores expressivos nas campanhas partidárias, alterando substancialmente a correlação de forças e as chances de eleição de candidatos ligados ao movimento sindical ou popular. Os altos custos das campanhas eleitorais tornam os parlamentares e políticos eleitos reféns do poder econômico, e não mandatários da vontade da população que os elegeu. Dessa maneira, o mecanismo atual favorece a corrupção e a influência do poder econômico nos destinos na nação. As campanhas eleitorais devem ter financiamento exclusivamente público, definido de maneira pública e transparen-



CUT: “conclamamos a todos os governantes, o Congresso Nacional e os partidos a ficar atentos às necessidades do país por mudanças profunda”

Inclusão de mecanismos para a democratização do Poder Judiciário e impedimento de judicialização dos conflitos

Também faz parte da necessária mudança da vida pública brasileira criar mecanismos de democratização do Poder Judiciário brasileiro e para o fim da judicialização dos conflitos. No nosso país, os Poderes Executivo e Legislativo possuem mecanismos constitucionais, ainda que insuficientes ou necessitando aprimoramento, que garantem algum tipo de participação popular e controle social, como a realização de eleições regulares por exemplo. O único Poder em nosso país em que não se prevê nenhum tipo de

participação popular ou controle social é o Judiciário. Um país verdadeiramente democrático não pode conviver com essa exceção, também é preciso avançar na adoção de mecanismos democráticos e de transparência no Poder Judiciário.

Considerações finais

Caso o Plebiscito seja a maneira escolhida para a definição dos caminhos centrais da reforma política externamos ainda uma preocupação. Preocupa-nos a formulação das perguntas, pois a dubiedade na pergunta ou perguntas que induzam respostas podem deslegitimar o próprio processo plebiscitário e seu caráter

democrático. Em nossa opinião, as perguntas para o plebiscito devem ser objetivas e concentradas de três a no máximo cinco grandes temas (perguntas).

Nesse momento, conclamamos a todos os governantes, o Congresso Nacional e os partidos a ficar atentos às necessidades do país por mudanças profundas, que atendam aos interesses de toda a sociedade e não aos de uma pequena parcela composta pelos detentores do capital. A reforma política é a mãe de todas as outras possíveis reformas, pois garante transparência no processo eleitoral brasileiro.

O fim do financiamento privado para as campanhas eleitorais, entre

outras medidas, coíbe a corrupção e coloca obstáculos na intervenção do poder econômico das grandes empresas e corporações nas eleições, é fundamental para que essa mudança ocorra. Hoje é o dinheiro que ganha as eleições.

O cidadão e a cidadã comuns não têm possibilidade de concorrer, muito menos vencê-las, porque não têm recursos. Com o fim do financiamento privado, os recursos serão divididos de forma democrática nos partidos, ou seja, as disputas serão de igual para igual, possibilitando que a diversidade e pluralidade da sociedade brasileira estejam representadas nas esferas públicas, em todos os níveis.

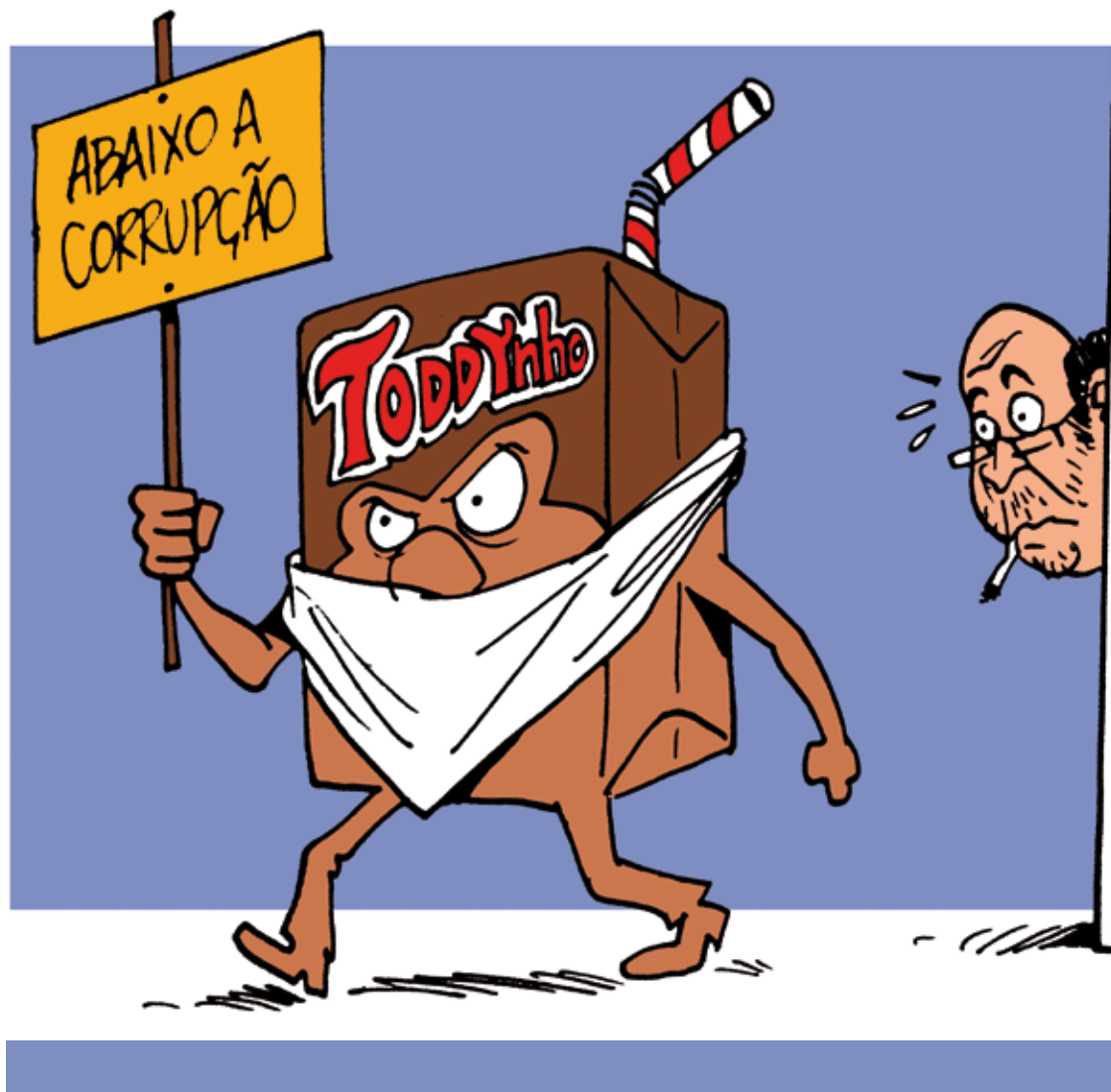
“A volta dos que não foram” ou o gigante dorminhoco

Quando era menino a gente tinha uma brincadeira com nomes esquisitos de filmes: “A volta dos que não foram”, “As trancinhas do careca”, “Incêndio na caixa d’água”, “Poeira em alto mar”. Todos esses títulos e mais alguns outros servem para nomear o movimento da “geração Todynho com perinha”, que começou quando a bola rolou nas confederações e acabou com o terceiro gol no Brasil 3 x 0 Espanha.

A história Johnnie Walker, do gigante dorminhoco é ridícula. Qual gigante despertou? Os jovens de classe média branca, criados com perinha raspada sem casca, papinha da Nestlé, Mucilon e Ovomaltine? Os protestos para o Passe Livre dos jovens do Alto Gávea que não usam ônibus e que não sabiam onde estacionar as BMW e os Hyunday nos dias de manifestação.

Era um baile de pedir tudo: mais Saúde, mais Educação, mais jogos ao vivo do Fluminense, mais MMA de graça na tevê a cabo, PS4 desbloqueado, anulação da Lei da Gravidade...

Foi o movimento micareta, onde se via de tudo, desde as camisas brancas, Viva Rico, aos skinheads, fascistas nacionalistas, anarcopunks, e todas as siglas de esquerda... Ninguém se entendia, não havia pauta, até porque se pauta houvesse o pau comia. Não foram poucas as bandeiras que desceram na cabeça do grupo divergente, ou aqueles que ficaram sem bandeiras e acuados, numa micareta sem música e sem graça. Grandes personalidades políticas progressistas aderiram: Barrichello, Regina Duarte, Sandy, Bruno Gagliasso, Múmia Maria Braga, Diogo Mainardy, Boninho, Bonner



Simpson, Mr. Catra... Qualquer semelhança com o “cansei” não é mera coincidência. E como o Brasil é vanguarda, o Micareta Cansada, Pera com Todynho ainda inventou a passeata pacífica armada. O sujeito leva bomba de fabricação caseira, coquetel molotov, querosene, pedra, pau, até máscara de gás lacrimogêneo de casa!

Corta! O militante Todynho grita para a mãe:

- Mãe, onde está minha máscara de gás lacrimogêneo?

- Tá na estante, filho, junto com

os CDs da Shakira e dos quadrinhos japoneses!

Volta. Nesse movimento “pacífico”, o sujeito explode uma bomba, toca fogo num palácio e diz que apenas estava exercendo seu direito à livre manifestação. Então tá...

Terminada a Copa das Confederações, a micareta “Feissibuqui” tentou chegar ao orgasmo convocando uma “greve geral”, mas teve um grande problema técnico: uma pequena minoria de 9,999999999999999999999999% de seus membros não trabalhavam.

Aí a “porca torceu o rabo” e a brincadeira acabou. Nem o dublê de meganha e ator desempregado que convocou a greve geral a aderiu. Ele e se pôs a “trabalhar” no dia da tal greve dos que não trabalham. Adivinha onde? No “Feissibuqui”... É, realmente a “Volta dos que não foram”!

*Fulgêncio Pedra Branca é alcoólatra, hipocondríaco e escreve de graça para esta página por falta de coisa mais útil que fazer.

Síria expõe a impotê

Por Ramzy Baroud*

Em artigo publicado dia 15 de maio, o cientista social norte-americano Immanuel Wallerstein escreveu: “Nada ilustra melhor as limitações do poder ocidental que a controvérsia interna que devora suas próprias elites, já pública, sobre o que os EUA, especificamente, e os estados da Europa Ocidental deve(ria)m fazer no caso da disputa que se trava na Síria”^[1]. Essas limitações são palpáveis, seja no falar seja no agir. Um vácuo político – criado pelos fracassos militares dos EUA e pelas retiradas a que foram forçados depois da Guerra do Iraque – permitiu que países como a Rússia reemergissem no cenário como atores efetivos.

É muito significativo que, depois de dois anos, desde o início do levante sírio convertido depois em banho de sangue, os EUA continuam a tentar mascarar o próprio envolvimento, servindo-se dos aliados árabes e da Turquia, para assim garantir assistência indireta às forças que se opõem ao governo de Bashar al-Assad. Até o discurso político dos EUA é indeciso; não raras vezes, incoerente.

No corner oposto, a posição russa é cada vez mais firme, mais consistente, avançando sempre; com os EUA empurrados cada vez mais contra as cordas, comprovando-se incapazes de ação consistente, senão pelas “condenações” nas “declarações” ou em “declarações” que nada declaram. Isso, vale lembrar, muito tem desagradado os aliados árabes.

A recente entrega, pelos russos ao governo da Síria, de sofisticados mísseis terra-mar, e o deslocamento que promoveram de navios de guer-



ra para o Mediterrâneo ocidental é exemplo claro. O movimento foi condenado pelo governo Obama como “fora de hora e muito infeliz”.

Mas essa atitude norte-americana é novidade na região: por trás dela, jaz uma história sangrenta, de política externa imprudente. Independentemente de os EUA decidirem ou não intervir na Síria, tudo faz crer que já não será possível um simples retorno à abordagem anterior, de potência dominante.

A impotência atual dos EUA no Oriente Médio é absolutamente sem precedentes, pelo menos depois da rápida desintegração do bloco soviético no início dos anos 1990. A dissolução da União Soviética abriu lugar para o crescimento de um mundo unipolar, completamente gerenciado pelos EUA. Aquela hegemonia norte-americana não contestada implicou mudança na dialética histórica, pela qual as grandes potências enfrentavam-se uma a outra; e o resto do mundo,

mais ou menos, acomodava-se naquela disputa.

Naquele momento, os EUA agiram rapidamente para afirmar sua dominação, a começar por sórdidas aventuras militares, como a invasão do Panamá em 1989. Movimento bem mais calculado veio depois, com uma guerra devastadora contra o Iraque, em 1990-91. No Panamá, o objetivo era lembrar aos vizinhos do sul dos EUA, que o policial de quartirão continuava a postos, e poderia intervir a qualquer momento, pra rearranjar todo o paradigma político, na direção e ao modo que Washington entendesse necessário – como se viu acontecer no golpe e na guerra orquestrados pela CIA (Central Intelligence Agency) na Guatemala em 1954 e até antes.

O envolvimento militar massivo dos EUA no Iraque, contudo, foi de conquistador que chega com sua coorte de vários países – aliados regionais e ocidentais –, para exigir o butim [conjunto de bens materiais

e de escravos, ou prisioneiros, que se toma ao inimigo no curso de um ataque, de uma batalha, de uma guerra] resultante do fim da Guerra Fria. Foi arrogante o show de força, dado que o alvo era um único país árabe, com poucos meios militares e econômicos, versus grandes potências militares, próximas e remotas.

A guerra devastou o Iraque – somente na primeira campanha aérea de bombardeio, foram lançadas 88.500 toneladas de bombas. Usaram-se e testaram-se novos modelos de armamentos, enquanto a imprensa-empresa e a opinião pública nos EUA festejavam as glórias de seus militares. Morreram centenas de milhares de iraquianos, outros mais foram feridos e mutilados, como resultado de uma das guerras mais assimétricas em toda a história.

Tentando capitalizar o triunfo militar, Washington operou rapidamente para obter um acordo político entre seu aliado mais íntimo – Israel – e países árabes. A lógica por trás

Impotência política dos EUA

da Conferência de Madrid, em 1991, foi alcançar uma pseudo paz, que servia aos interesses de Israel ao mesmo tempo em que abria uma via de normalização entre Israel e seus vizinhos. Mais que isso, os EUA esperavam obter alguma espécie de “estabilidade” que lhes permitisse gerir a região do Oriente Médio, e todos os seus recursos, em ambiente de menos hostilidade.

Em seguida, Israel conseguiu fazer seu próprio negócio político com os palestinos, o que dividiu as fileiras árabes e garantiu que o resultado das “conversações de paz” fosse absolutamente adequado às ambições coloniais de Israel.

Com o passar dos anos, as visões políticas de EUA e de Israel aproximaram-se cada vez mais, porém Washington logo se converteria em mero canal de transmissão para os objetivos coloniais dos israelenses. Viu-se a confirmação disso várias e repetidas vezes durante o governo de George W. Bush, o qual acrescentou, aos fracassos dos EUA na região, ainda mais outras guerras desastrosas e perigosas.

Uma das principais falhas da política externa dos EUA é que ela depende quase completamente da força militar: da capacidade para fazer cidades voarem pelos ares. A guerra dos EUA contra o Iraque, que, sob várias formas, estendeu-se de 1990 a 2011, incluiu um bloqueio devastador; e terminou em invasão brutal. Essa longa guerra teve de falta de escrúpulo o que teve de violência. Além do aterrador número de mortos, vinha inscrita numa horrenda estratégia política, de explorar as divisões sectárias e outras que já existiam no país; o que rapidamente semeou ali, além de uma guerra civil, também o ódio sectário – duas desgraças das quais dificilmente o Iraque conseguirá recuperar-se ainda por muito tempo.

Mas, nos últimos anos, as limitações do poder militar dos EUA foram-se tornando cada vez mais óbvias. O império já não se mostrava capaz de traduzir, em campo, a própria dominação – mais ferozmente confrontada, a cada dia, por grupos locais de resistência –, e apresentar o nível de progresso político exigido para conseguir um mínimo que fosse de “estabilidade”. Mas, sobretudo, uma recessão econômica somada à retirada do Iraque e a outro fracasso, também caríssimo, no Afeganistão – forçaram o novo governo em Washington, sob a liderança do presidente Barack Obama a repensar a campanha anterior, de Bush, pela hegemonia global. Logo vieram os cortes massivos nos gastos dos militares.

Simultânea e concorrentemente, o desequilíbrio no poder global começou lento, mas firmemente, a ser compensado, do outro lado do mundo, pela ascensão da China como novo competidor possível. No meio da transição dos EUA, quando tentavam repensar suas políticas, um levante popular sacudiu todo o Oriente Médio. As manifestações – revoluções, guerras civis, tumultos regionais e conflitos de toda ordem – reverberaram até bem longe das praças do Oriente Médio.

Impérios ascendentes e impérios declinantes, todos eles, igualmente, tomaram conhecimento. Linhas tentativas foram rapidamente traçadas e exploradas. Jogadores mudaram de

posição ou se encaminharam para posições mais avançadas, como se um novo grande jogo estivesse para começar. A chamada “Primavera Árabe” rapidamente ia se convertendo em fator que alteraria o jogo, numa região que sempre parecera impermeável a qualquer tipo de transformação.

A transformação do Oriente Médio – às vezes promissora, às vezes sangrenta e gorada – chegou em um momento em que os EUA estavam obrigados a fazer ajustes nas suas prioridades militares. Aplicar-se mais focadamente na região do Pacífico e no Mar do Sul da China são instâncias daquela necessidade de alterar rumos. E então, de repente, os EUA foram obrigados

a envolver-se novamente no Oriente Médio, e como um todo – sem poder dividir a região, país a país. Foi quando, afinal, a fraqueza dos EUA foi sinistramente exposta, e a falta de poder para influir tornou-se palpável.

Bancarrotas talvez seja termo apropriado para descrever a atual política dos EUA no Oriente Médio. Aventuras militares temerárias e imprudentes devastaram a região, mas nem assim contribuíram para que aquele país alcançasse qualquer dos seus objetivos de longo prazo. Políticas de violência e exploração, que operam para violar e explorar, não para conhecer e entender o Oriente Médio e as complexidades de sua formação histórica e política; e a insistência em manter Israel como principal prioridade em tudo

que fazem ou pensam no cenário político mutável do Oriente Médio, dificilmente darão bom resultado nem servirão aos interesses dos EUA.

Porém, diferentemente do início dos anos 1990, quando os EUA movimentaram-se para remodelar toda a região e estabeleceram ali sua presença militar permanente, as novas dinâmicas obrigam a mudar as táticas. E, nessa nova realidade, os EUA absolutamente não conseguem mudar coisa alguma. De fato, já parecem condenados, no máximo, a tentar alguma espécie de gerenciamento dos resultados adversos, com minimização dos danos.

“O que os EUA e a Europa Ocidental querem fazer é ‘controlar’ a situação” – escreveu Immanuel Wallerstein. – “Não são capazes de controlar coisa alguma. Daí a gritaria dos ‘intervencionistas’ e o arrasta-arrasta dos ‘prudentes’. É jogo de perde-perde para o Ocidente e, simultaneamente, tampouco é vitória para os povos do Oriente Médio.” Esse cenário de “perde-perde” talvez não se traduza no imediato derretimento de toda a política exterior dos EUA, mas, sem dúvida, já abriu a possibilidade de que novos atores surgissem e crescessem. A Rússia é, aí, o caso exemplar mais claro.

Os EUA serão obrigados a mudar suas táticas, gritem o quanto gritarem as forças neoconservadoras e todo o lobby pró-Israel.

[1] 15/5/2013, “Syria: No Win for the West” [ap. Síria: sem vitória para o ocidente] <http://www.iwallerstein.com/syria-win-west/>

***Ramzy Baroud**, jornalista, escritor e professor de Comunicação na Universidade de Tecnologia Curtin, autor do obra *A Segunda Intifada Palestina: a crônica da luta de um povo*.

Fonte: Asia Times Online - http://www.atimes.com/atimes/Middle_East/MID-01-210513.html - 21/5/2013

A impotência atual dos EUA no Oriente Médio é absolutamente sem precedentes, pelo menos depois da rápida desintegração do bloco soviético no início dos anos 90

Lei e regulamento não limitam p

Valter Nogueira Alves*

Foi aprovada por unanimidade na quinta-feira, 27 de junho, resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que regulamentou a Lei 12.694/2012 que prevê o porte de arma para servidores da área de Segurança do Poder Judiciário e do Ministério Público (MP). Com quase cinco anos de tramitação no Congresso Nacional, e mais de um ano para ser regulamentada, existem ainda algumas dúvidas acerca da lei, pois a resolução aprovada pelo CNJ ainda não esgotou a questão.

Durante esses quase seis anos de tramitação e regulamentação, a luta foi intensa, e somente foi possível graças a atuação das entidades representativas dos servidores – Fenajufe, sindicatos de base e da Associação Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal (Agepoljus) – além da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), que participaram intensamente tanto para aprovação no Congresso como para garantir a sanção sem vetos ao texto que, embora deficiente e extremamente restritivo, representa um grande avanço para o Estado brasileiro e para o Poder Judiciário, em particular.

Podemos destacar que a autorização do porte de arma, inserida no Estatuto de Desarmamento (Lei 10.826/2003), é a mais restritiva de todo o ordenamento jurídico brasileiro, equiparando o Poder Judiciário e o MP às empresas de segurança privada no que se refere à política de controle de uso e porte de armas, com o diferencial que uma empresa de segurança privada poderá ter todos os seus empregados trabalhando armados, enquanto no âmbito dos Poder Judiciário e do

MP, somente poderão trabalhar com armas 50% do quadro de servidores da área de Segurança.

Lei não limita percentual de servidores com portes. Todos poderão tê-lo

Um dos dispositivos da lei que tem confundido é o Parágrafo 2º do Artigo 7º que estabelece que o presidente do tribunal ou o chefe do MP designará os servidores de seus quadros pessoais no exercício de funções de segurança que poderão portar arma de fogo, respeitado o limite máximo de 50% do número de servidores que exerçam funções de segurança.

O dispositivo em tela, não limita o número de portes, pois esse é limitado apenas pelos requisitos exigidos pelo Artigo 4º da lei e do Estatuto do Desarmamento, bem como à formação funcional em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno. O Estatuto do Desarmamento já prevê as exigências e condições objetivas para que os servidores, elencados no Artigo 6º da Lei de Armas, possam portá-las. Dessa forma, em um tribunal que tenha 100 agentes de segurança, todos eles poderão ter o porte de arma, caso cumpram os requisitos exigidos pelo Artigo 4º do Estatuto do Desarmamento, mas apenas metade destes, ou seja, 50 agentes poderão efetivamente trabalhar armados.

Podemos verificar que o inciso XI do Artigo 6º, que estabelece as categorias que podem portar armas, não limita o número de servidores que terão o porte, ele apenas exige que seja para uso exclusivo de servidores de seus quadros pessoais que efetivamente estejam no exercício de funções de Segurança, vejamos o inciso abaixo:

“XI – os tribunais do Poder Judici-



Foto: Acervo Sisejufe

Durante esses quase seis anos de tramitação e regulamentação, a luta foi intensa, e somente foi possível graças a atuação das entidades representativas dos servidores

ário descritos no Art. 92 da Constituição Federal e os Ministérios Públicos da União e dos Estados, para uso exclusivo de servidores de seus quadros pessoais que efetivamente estejam no exercício de funções de segurança, na forma de regulamento a ser emitido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.”

(Inciso acrescido pela Lei nº 12.694, de 2012).

O Artigo 6º do Estatuto do Desarmamento, que autoriza o porte de arma a servidores e instituições, não limita o quantitativo e o caput do Artigo 7º-A também não traz nenhuma limitação conforme pode-se observar abaixo:

“Artigo 7º-A. As armas de fogo utilizadas pelos servidores das instituições descritas no inciso XI do art. 6º serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas instituições, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo estas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da instituição.”

(Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

Já o Parágrafo 2º do mesmo artigo 7º traz uma limitação que não é do número de concessão de porte aos servidores lotados na área de

Percentuais de portes de armas

Segurança. O legislador, neste caso, quis limitar a quantidade de armas nas mãos desses servidores e no interior dos tribunais e do MP. Dessa forma, o referido Parágrafo 2º trás os verbos “designar”, “poderão” e “portar” arma de fogo. O legislador não inseriu no Estatuto que os presidentes de tribunais ou o chefe do MP escolherão quais servidores da área de Segurança terão o porte de arma, mas sim designar os que poderão portar arma. Vejamos Parágrafo 2º, do Artigo 7º, abaixo:

“§ 2º O presidente do tribunal ou o chefe do Ministério Público designará os servidores de seus quadros pessoais no exercício de funções de segurança que poderão portar arma de fogo, respeitado o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do número de servidores que exerçam funções de segurança.”

Dessa forma, os servidores do Poder Judiciário e do MP, mesmo tendo o porte funcional de arma, necessariamente não estarão portando arma de fogo, pois isso dependerá de designação do presidente do tribunal ao qual estiver vinculado. Esses para terem o porte de arma, precisarão cumprir uma série de requisitos técnicos, psicológicos e documentais e, se cumprirem tais exigências poderão ter a autorização do porte, o que não significa que estarão portando armas da instituição, vejamos o dispositivo abaixo:

“§ 3º O porte de arma pelos servidores das instituições de que trata este artigo fica condicionado à apresentação de documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes do art. 4º desta Lei, bem como à formação funcional em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.”

(Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

Os dispositivos acima equiparam o porte de arma do Judiciário à mesma categoria de porte que é concedida aos vigilantes de empresa de segurança. O legislador copiou o Artigo 7º do Estatuto do Desarmamento, que trata da segurança privada e o reproduziu dando origem ao artigo 7º-A, que apenas altera as palavras “empresas de segurança” para “instituições” e “empregados”

Dessa forma, os servidores do Poder Judiciário e do MP, mesmo tendo o porte funcional de arma, necessariamente não estarão portando arma de fogo, pois isso dependerá de designação do presidente do tribunal ao qual estiver vinculado

para “servidores”. Diante disso, o que há de se aplicar no Judiciário e no MP é similar aos que se aplica às empresas de segurança privadas, apenas que de forma muito mais restritiva, pois os cursos deverão ser em estabelecimentos de ensino de atividade policial existirem mecanismos de fiscalização e de controle interno e, ainda, ter um limite de servidores, mesmo que com porte de arma, trabalhando armados no âmbito dos tribunais e MP.

Um vigilante de empresa terceirizada para ter o porte de arma em serviço deve fazer um curso de formação de vigilantes, possuir carteira nacional de vigilante, que vem com a inscrição “Porte de Arma em Serviço”, mas para que esse se efetive, o vigilante deverá estar empregado em uma empresa de

segurança, portar arma dessa empresa e estar com o certificado de registro da arma. Caso esses requisitos não se cumpram, ele estará cometendo o crime de porte ilegal de arma.

O previsto no Parágrafo 2º do Artigo 7º-A, é exclusivamente para a limitação e o controle do número de armas que serão entregues aos servidores, dessa forma, todos esses, da área de Segurança, poderão ter o porte de arma, assim como acontece com os vigilantes de empresas pri-

constituídas na forma da lei, serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas empresas, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo essas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da empresa.”

Esse mesmo artigo foi inserido no Estatuto do Desarmamento e, diante disso, não podemos ter outra interpretação senão que a questão do porte funcional do Poder Judiciário e do Ministério Público tem a mesma natureza do porte de armas dos vigilantes de empresas privadas de segurança. Transcrevo-o, abaixo, para fins de comparação:

“Artigo 7º-A As armas de fogo utilizadas pelos servidores das instituições descritas no inciso XI do art. 6º serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas instituições, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo estas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da instituição.”

Pela transcrição dos dois artigos acima não há dúvidas que o legislador quis equiparar o Poder Judiciário às empresas privadas de segurança no que se refere a autorização de uso de armamento por seus funcionários, mas como já foi apontado anteriormente, com limitação do número de servidores armados, haja vista que em caso de férias, licenças, afastamentos, os demais servidores que não estejam “designados” para portarem armas, poderão ser designados pelos presidentes de tribunais ou chefe do MP, desde que possuam o porte de arma.

A Lei nº 7.102/83 autoriza o porte de arma ao vigilante quando em serviço, o documento que autoriza esse porte é a carteira nacional de vigilante, que é obrigatória em serviço, mas com ela o vigilante deverá ter também o certificado de registro da arma. Na falta de um desses documentos, o vigilante estará cometendo o crime de porte ilegal de arma. Vejamos o diz a Lei 7.102/83:

“Artigo 19 – É assegurado ao vigilante:

I – uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular;

II – porte de arma, quando em serviço; (...)”

Os artigos 7º e 7º-A do Estatuto do Desarmamento tratam da autorização de porte e isso é, na verdade, o controle documental que a Polícia Federal faz após receber toda a documentação dos servidores que cumpriram os requisitos do Artigo 4º do Estatuto do Desarmamento, ou seja, não se confunde com o documento ou carteira que esteja escrito que o servidor tem porte de arma quando em serviço. Essa carteira deverá ser emitida pelos tribunais e MP para os servidores da área de Segurança que cumprirem os requisitos para terem o porte de arma.

Dessa forma, assim como os vigilantes de empresas privadas, todos poderão ter o “Porte de Armas em Serviço” na carteira, desde que cumpram os requisitos do Artigo 4º do Estatuto do Desarmamento. No caso específico do Judiciário e do MP, somente 50% do quadro desses servidores é que poderão trabalhar armados no âmbito dos tribunais e MP.

Tanto os artigos que disciplinam o porte de arma no Judiciário

e MP e empresas de segurança privada condicionam o porte de arma a entrega dos documentos dos servidores e empregados a Polícia Federal. Seguem abaixo os dispositivos:

“Artigo 7º (...)

§ 2º A empresa de segurança e de transporte de valores deverá apresentar documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes do art. 4º desta Lei quanto aos empregados que portarão arma de fogo.”

“Artigo 7º-A (...)

§ 3º O porte de arma pelos servidores das instituições de que trata este artigo fica condicionado à apresentação de documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes do art. 4º desta Lei, bem como à formação funcional em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.”

(Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

Como pode se verificar, o porte de arma dos servidores do Judiciário e do MP e dos empregados de empresas de segurança fica condicionado ao envio da documentação exigida pelo Artigo 4º do Estatuto à Polícia Federal e o porte de arma somente pode ter efetividade e validade se a documentação apresentada for aprovada por esse órgão. Desde já, fica claro que as carteiras com a autorização do porte de arma são expedidas pelo Judiciário e pelo MP, assim que houver análise e aprovação da documentação por parte da Polícia Federal.

Dessa forma, assim como os vigilantes de empresas privadas, todos poderão ter o “Porte de Armas em Serviço” na carteira, desde que cumpram os requisitos do Artigo 4º do Estatuto do Desarmamento

Poder Judiciário não emite certificado de registro

Um equívoco na resolução aprovada pelo CNJ é quanto a possibilidade do Poder Judiciário e do MP poderem emitir o Certificado de Registro e o Porte de Arma. O certificado de armas somente é expedido pela Polícia Federal, conforme prevê o artigo 7º-A, que transcrevo abaixo:

“Artigo 7º-A As armas de fogo utilizadas pelos servidores das instituições descritas no inciso XI do art. 6º serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas instituições, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo estas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da instituição.”

O porte de arma, conforme já salientado acima, somente terá validade após o envio da documentação a Polícia Federal, logo, o porte deverá ser emitido pelo Poder Judiciário e MPU. O projeto exige que os servidores para poderem ter a autorização para o porte em serviço, com a arma da instituição, cumpram todos os requisitos estabelecidos pelo Estatuto do Desarmamento e de forma cumulativa.

Mais uma vez, mantendo o caráter restritivo do Estatuto do Desarmamento, o legislador, para garantir o controle, equiparou o Judiciário às empresas de segurança privada. Vejamos os dispositivos abaixo (Lei nº 10.826/2003)

para fins de comparação:

“Artigo 7º (...)

“§ 1º O proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança privada e de transporte de valores responderá pelo crime previsto no parágrafo único do art. 13 desta Lei, sem prejuízo das demais sanções administrativas e civis, se deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato.

§ 2º A empresa de segurança e de transporte de valores deverá apresentar documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes do art. 4º desta Lei quanto aos empregados que portarão arma de fogo.”

§ 3º A listagem dos empregados das empresas referidas neste artigo deverá ser atualizada semestralmente junto ao Sinarm.”

Abaixo, segue o dispositivo do Projeto de Lei 2057/2007 com as mesmas exigências:

“§ 4º A listagem dos servidores das instituições de que trata este artigo deverá ser atualizada semestralmente no Sinarm.

§ 5º As instituições de que trata este artigo são obrigadas a registrar ocorrência policial e a comunicar à Polícia Federal eventual perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato.”

mantendo o caráter restritivo do Estatuto do Desarmamento, o legislador, para garantir o controle, equiparou o Judiciário às empresas de segurança privada

Além de equiparar o Poder Judiciário às empresas de segurança privada, o legislador vai além e, com o intuito de manter o Estatuto do Desarmamento com um caráter limitativo, determinou que a autorização para porte de arma seja somente em serviço. Além disso, os agentes de Segurança terão que cumprir dispositivos mais restritivos presentes na Lei de Porte de Armas.

O Agente de Segurança do Poder Judiciário terá que atender as exigências impostas as guardas municipais, as seguranças privadas, ao cidadão comum, apresentar certidões que se exigem para compra de arma de fogo e ainda não estar respondendo a inquérito policial ou processo criminal, conforme pode se verificar no Parágrafo 3º do artigo 7º-A:

“§ 3º O porte de arma pelos servidores das instituições de que trata este artigo fica condicionado à apresentação de documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes do art. 4º desta Lei, bem como à formação funcional em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.”

Os requisitos do Artigo 4º do Estatuto do Desarmamento, que trata do registro de armas, é condição sine qua non para que o agente de Segurança do Poder Judiciário tenha a autorização para o porte de arma em serviço, sendo exigidos de forma cumulativa, ou seja, os três incisos devem ser cumpridos. Vejamos o que diz o Artigo 4º e seus incisos: “Artigo 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

I – comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que

poderão ser fornecidas por meios eletrônicos.

(Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

II – apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

III – comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei.”

O mesmo Estatuto exige que as categorias elencadas nos incisos V, VI, VII e X, do Artigo 6º da Lei de Armas, apenas cumpram do inciso III do mesmo artigo. As demais categorias elencadas nos incisos I, II, III e IV, do mesmo artigo, não cumprem nenhuma exigência, conforme Parágrafo 4º do artigo 6º: “§ 4º Os integrantes das Forças Armadas, das polícias federais e estaduais e do Distrito Federal, bem como os militares dos Estados e do Distrito Federal, ao exercerem o direito descrito no art. 4o, ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do mesmo artigo, na forma do regulamento desta Lei.”

O legislador ao optar exigir mais rigor na emissão da autorização de porte de arma em serviço para os agentes de Segurança do Poder Judiciário, não está limitando o quantitativo de portes, mas sim o número de armas que poderão ser usadas em serviço no âmbito do Judiciário e do MP. Para cumprir as exigências, o servidor da área de Segurança do Judiciário e MP deverão cumprir os seguintes requisitos, atestados na forma disposta no regulamento: comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pelas justiças Federal, Estadual, Militar e Eleitoral; não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal; apresentar documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa; e comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo.

Tudo isso de um servidor público no exercício das funções de segurança, dessa forma, verificamos que não há restrição quanto ao quantitativo de portes, pois os servidores que cumprirem os requisitos, assim como os vigilantes, que passam por curso de formação, poderão ter o porte de arma em serviço.

Nesse sentido, conclui-se que o legislador concedeu a autorização do porte de arma de fogo a todos os servidores da área de Segurança que cumprirem os requisitos exigidos pelo Estatuto do Desarmamento. Isso é condição para o adequado exercício das atribuições dos agentes e inspetores de Segurança Judiciária, que já observam todas as diretrizes emanadas da legislação pertinente à espécie, com ênfase à capacitação técnica e aptidão psicológica e demais requisitos e exigências para o porte de arma de fogo, cuja aferição atende aos ditames das regras inseridas no Estatuto do Desarmamento, no PL 2057/2007 e no Decreto nº 5.123, de 10 de julho de 2004.

Assim, o porte de arma aos servidores designados como inspetores e agentes de Segurança Judiciária é dirigida a um grupo legalmente destacado para tais funções, obedecendo a sistemática adotada em relação aos servidores com a mesma incumbência no Poder Legislativo e Poder Executivo, não havendo restrição ao percentual de autorização de portes de armas, mas sim limitação ao quantitativo de servidores a área de Segurança que poderão, mesmo com porte de arma em serviço, trabalhar portando armas no âmbito dos tribunais e MP.

*Valter Nogueira Alves é presidente do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (Sisejufe)



Foto: Acervo Sisejufe



SONY
make.believe

Conheça o site de descontos
oficial da Sony Brasil.

A sua nova parceria com a Sony
oferece descontos e condições especiais!

Descontos de até 20% sobre o preço do site
Sony Store Online em todos os produtos!



Como Funciona?

Para desfrutar desta super vantagem, basta
acessar o site (<http://store.sony.com.br/parceiros>),
digitar seu CPF e usar o **Código Promocional** abaixo:

SISEJUFE

E tem mais! Você pode parcelar suas compras
em até **12x sem juros no cartão de crédito***
ou efetuar o pagamento à vista em boleto
bancário obtendo mais **5% de desconto**.

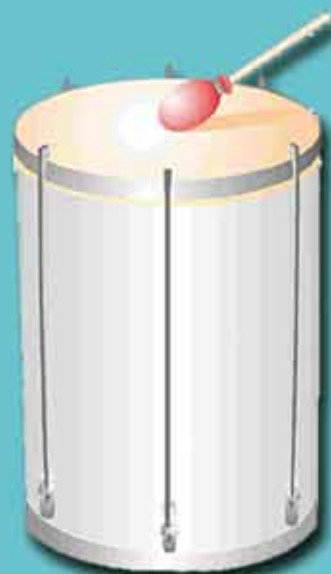


*Apenas válido para produtos acima de R\$ 200.

SISEJUFE
Serviço de Assistência ao Cliente Sony Brasil

SE VOCÊ QUER APRENDER A TOCAR UM INSTRUMENTO DE PERCUSSÃO, CHEGOU SUA OPORTUNIDADE

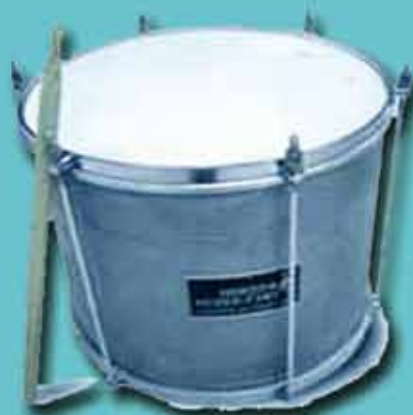
Oficina de percussão do Sisejufe/Sintrasef, com o percussionista **Marcello Mattos**, músico e professor de percussão, atuante em vários grupos no Rio de Janeiro.



Surdo



Caixa



Repique



Tamborim

Previsão de começo para agosto. Todas as terças-feiras, a partir das 19 horas no Sisejufe. Aulas de 1h30min, com a possibilidade de tocar no bloco do Sintrasef/Sisejufe no carnaval.

Valor do curso: para filiados ao Sintrasef ou ao Sisejufe R\$70

Para os demais alunos R\$100

Mínimo de 10 alunos para começar o curso.

Pré matrículas abertas nos e-mails:
formacao@sisejufe.org.br / formacao@sintrasef.org.br